|  |
| --- |
| **OBSERVAÇÕES:**  **1. A LICITANTE DEVE ATENTAR PARA A DESCRIÇÃO DO OBJETO CONSTANTE DO EDITAL (ANEXO 1), E NÃO DOS ITENS DA “BEC”.**  **2. A LICITANTE DEVE MANTER SEMPRE ATUALIZADOS NO SISTEMA BEC/SP OS DADOS CADASTRAIS DA EMPRESA, INCLUSIVE, SE FOR O CASO, OS DADOS QUE DIGAM RESPEITO AO SEU ENQUADRAMENTO NA CONDIÇÃO DE ME OU EPP.** |

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 098/2019**

**PROCESSO** **Nº: 400**/**2019-DG/MP**

**OFERTA DE COMPRA Nº: 270101000012019OC00119**

**ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.bec.sp.gov.br**

**DATA DO INÍCIO DO PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA: 13/11/2019**

**DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 28**/**11/2019**, **às 11:30 horas**

**PREGOEIRO: GUSTAVO PIZZICOLA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, por intermédio de seu Diretor-Geral, Doutor **RICARDO DE BARROS LEONEL**, Promotor de Justiça, no exercício da competência delegada pelo Ato nº 045/03-PGJ, de 15 de maio de 2003, torna público que se acha aberta, nesta Unidade, licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Bolsa Eletrônica de Compras do Governo do Estado de São Paulo – Sistema BEC/SP”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO**, objetivando a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA** sob o regime de **empreitada por preço unitário,** que será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, pelo Decreto Estadual n° 49.722/2005 e, subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e ser encaminhadas por meio eletrônico após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado de São Paulo – CAUFESP.

A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital, e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da equipe de apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

## 1. OBJETO

**1.1. Descrição.** A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a implantação do sistema de Vigilância Eletrônica, contemplando-se a locação dos equipamentos (e materiais correlatos) de Controle de Acesso, CFTV, Alarmes e Proteção Perimetral, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo o aparato locado, nas dependências do imóvel ocupado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Avenida Brasil, nº 494, Presidente Prudente, SP,conforme as especificações constantes do Termo de Referência, parte integrante deste Edital como **Anexo I.**

## 2. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**2.1. Participantes.** Poderão participar do certame todos os interessados em contratar com a Administração Estadual que estejam registrados no CAUFESP, que atuem em atividade econômica compatível com o seu objeto, sejam detentores de senha para participar de procedimentos eletrônicos e tenham credenciado os seus representantes na forma estabelecida no regulamento que disciplina a inscrição no referido Cadastro.

**2.1.1.** O registro no CAUFESP, o credenciamento dos representantes que atuarão em nome da licitante no sistema de pregão eletrônico e a senha de acesso deverão ser obtidos anteriormente à abertura da sessão pública e autorizam a participação em qualquer pregão eletrônico realizado por intermédio do Sistema BEC/SP.

**2.1.2.** O registro no CAUFESP é gratuito. As informações a respeito das condições exigidas e dos procedimentos a serem cumpridos para a inscrição no Cadastro, para o credenciamento de representantes e para a obtenção de senha de acesso estão disponíveis no endereço eletrônico **www.bec.sp.gov.br**.

**2.2.** **Vedações.** Não será admitida a participação, neste certame licitatório, de pessoas físicas ou jurídicas:

**2.2.1.** Que estejam com o direito de licitar e contratar temporariamente suspenso, ou que tenham sido impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, com base no artigo 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993 e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002;

**2.2.2.** Que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública federal, estadual ou municipal, nos termos do artigo 87, inciso IV, da Lei Federal nº 8.666/1993;

**2.2.3.** Que possuam vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista com a autoridade competente, o Pregoeiro, o subscritor do edital ou algum dos membros da respectiva equipe de apoio, nos termos do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/1993;

**2.2.4.** Que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

**2.2.5.** Que estejam reunidas em consórcio ou sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

**2.2.6.** Que tenham sido proibidas pelo Plenário do CADE de participar de licitações promovidas pela Administração Pública federal, estadual, municipal, direta e indireta, em virtude de prática de infração à ordem econômica, nos termos do artigo 38, inciso II, da Lei Federal n° 12.529/2011;

**2.2.7.** Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública em virtude de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do art. 72, § 8°, inciso V, da Lei Federal n° 9.605/1998;

**2.2.8.** Que tenham sido proibidas de contratar com o Poder Público em razão de condenação por ato de improbidade administrativa, nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 8.429/1992;

**2.2.9.** Que tenham sido declaradas inidôneas para contratar com a Administração Pública, nos termos da lei;

**2.2.10.** Que tenham sido suspensas temporariamente, impedidas ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública estadual, direta e indireta, por desobediência à Lei de Acesso à Informação, nos termos do artigo 33, incisos IV e V, da Lei Federal nº 12.527/2011 e do artigo 74, incisos IV e V, do Decreto Estadual nº 58.052/2012;

**2.3. Inexistência de fato impeditivo à participação.** A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado declare, ao acessar o ambiente eletrônico de contratações do Sistema BEC/SP, mediante assinalação nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, bem como que conhece e aceita os regulamentos do Sistema BEC/SP, relativos a Dispensa de Licitação, Convite e Pregão Eletrônico.

**2.4. Uso do sistema BEC/SP.** A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no pregão eletrônico, por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante. Em caso de perda ou quebra do sigilo da senha de acesso, caberá ao interessado efetuar o seu cancelamento por meio do sítio eletrônico **www.bec.sp.gov.br** (opção “CAUFESP”), conforme Resolução CC-27, de 25 de maio de 2006.

**2.5.** Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante em cada pregão eletrônico.

**2.6.** O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

**2.7.** **Direito de preferência.** Para o exercício do direito de preferência de que trata o item 5.6, bem como para a fruição do benefício de habilitação com irregularidade fiscal e trabalhista previsto na alínea “f” do item 5.9, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, deverá constar do registro da licitante junto ao CAUFESP, sem prejuízo do disposto nos itens 4.1.4.3 a 4.1.4.5 deste Edital.

## 3. PROPOSTAS

**3.1. Envio.** As propostas deverão ser enviadas por meio eletrônico disponível no endereço **www.bec.sp.gov.br** na opção “PREGAO–ENTREGAR PROPOSTA”, desde a divulgação da íntegra do Edital no referido endereço eletrônico até o dia e horário previstos no preâmbulo para a abertura da sessão pública, devendo a licitante, para formulá-las, assinalar a declaração de que cumpre integralmente os requisitos de habilitação constantes do Edital.

**3.2. Preços.** Os preços, mensal e total, estimados para a prestação dos serviços serão ofertados no formulário eletrônico próprio, em moeda corrente nacional, em algarismos, apurados nos termos do item 3.3, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos ou indiretos relacionados à prestação de serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

**3.2.1.** As propostas não poderão impor condições e deverão limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital e seus anexos.

**3.2.2.** O licitante deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade, tais como aumentos de custo de mão de obra decorrentes de negociação coletiva ou de dissídio coletivo de trabalho.

**3.3.** **Mês de referência.** A proposta de preço deverá ser orçada em valores vigentes em **janeiro/2019**, que será considerado como o mês de referência de preços.

**3.4. Validade da proposta.** Na ausência de indicação expressa em sentido contrário no **Anexo II**, o prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de sua apresentação.

## 4. HABILITAÇÃO

**4.1.** O julgamento da habilitação se processará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

### 4.1.1. Habilitação jurídica

**a)** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI;

**b)** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;

**c)** Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias ou cooperativas;

**d)** Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

**e)** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

**f)** Registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras, em se tratando de sociedade cooperativa;

### 4.1.2. Regularidade fiscal e trabalhista

**a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, do Ministério da Fazenda (CNPJ);

**b)** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;

**c)** Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS);

**d)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);

**e)** Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

**f)** Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio da licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN;

### 4.1.3. Qualificação econômico-financeira

**a)** Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual;

**a.1).** Se a licitante for cooperativa ou sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil.

**a.2).** Caso o licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

### 4.1.4. Declarações e outras comprovações

**4.1.4.1.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.1**, atestando que:

**a)** se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

**b)** inexiste impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual nº 10.218/1999;

**c)** cumpre as normas relativas à saúde e segurança do trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição Estadual;

**d)** atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

**4.1.4.2.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.2**, afirmando que sua proposta foi elaborada de maneira independente e que conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014.

**4.1.4.3.** Em se tratando de microempresa ou de empresa de pequeno porte, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.3**, declarando seu enquadramento nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

**4.1.4.4.** Em se tratando de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.4**, declarando que seu estatuto foi adequado à Lei Federal nº 12.690/2012 e que aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006.

**4.1.4.5. Comprovação da condição de ME/EEP/COOPERATIVA.**  Sem prejuízo das declarações exigidas nos itens 4.1.4.3 e 4.1.4.4 e admitida a indicação, pelo licitante, de outros meios e documentos aceitos pelo ordenamento jurídico vigente, a condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007 será comprovada da seguinte forma:

**4.1.4.5.1.** Se sociedade empresária, pela apresentação de certidão expedida pela Junta Comercial competente;

**4.1.4.5.2.** Se sociedade simples, pela apresentação da “Certidão de Breve Relato de Registro de Enquadramento de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte”, expedida pelo Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

**4.1.4.5.3.** Se sociedade cooperativa, pela Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente que comprove Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006.

**4.1.4.6.** Declaração subscrita por representante legal da licitante, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.5**, comprometendo-se a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a relação dos profissionais (função, especialidade e quantidade) que irão compor a equipe de execução dos trabalhos e a indicação do responsável técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos, necessariamente engenheiro com habilitação legal na especialidade que compõe o escopo principal da futura contratação, sendo que engenheiro(s) indicado(s) não registrado(s) no Estado de São Paulo deverá(ão) apresentar Certidão de Registro do profissional visada(s) pelo CREA-SP – 6ª Região, autorizando-o(s) ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei Federal no 5.194/66.

**4.1.4.7.** Declaração de Inexistência de Parentesco, subscrita por representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento de acordo com a Resolução nº 37/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em conformidade com o modelo constante do **Anexo III.6**.

**4.1.4.8.** Declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações promovidas por órgãos ou entidades públicas, nos termos do art. 10 da Lei nº 9.605/98 **(Anexo III.7).**

### 4.1.5. Qualificação técnica

**4.1.5.1.** A proponente deverá apresentar atestado(s) de bom desempenho anterior em contrato da mesma natureza e de porte equivalente, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que especifique(m) em seu objeto necessariamente os tipos de serviços realizados, com indicações das quantidades e prazo contratual, datas de início e término, bem como o local da prestação dos serviços;

**4.1.5.1.1.** Entende-se como sendo de mesma natureza, e de porte equivalente, atestado(s) de serviços similares aos do objeto desta licitação, e que demonstre(m) que a licitante prestou serviços correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do objeto deste certame.

**4.1.5.1.1.1.** A comprovação a que se refere o item 4.1.5.1.1 poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos contratos quanto dispuser o licitante;

**4.1.5.1.2.** O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da pessoa jurídica emitente bem como o nome, o cargo do signatário e telefone para contato.

**4.1.5.2.** A proponente deverá apresentar, ainda, “Certificado de Visita Técnica”, conforme o modelo constante do **Anexo VII.1**.

**4.1.5.2.1.** A visita técnica tem como objetivo verificar as condições locais para a execução do objeto da contratação, permitindo aos interessados verificar localmente as informações que julgarem necessárias para a elaboração da sua proposta, de acordo com o que o próprio interessado julgar conveniente, não cabendo à Administração nenhuma responsabilidade em função de insuficiência dos dados levantados por ocasião da visita técnica.

**4.1.5.2.2.** Poderão ser feitas tantas visitas técnicas quantas cada interessado considerar necessário. Cada visita deverá ser agendada por **e-mail (AR-PresPrudente@mpsp.mp.br)** ou pelos **telefones (18) 3345-2150, 3345-2172 ou 3345-2177** e poderá ser realizada até o dia imediatamente anterior à sessão pública, no período **das 09 às 17 horas**.

**4.1.5.2.3.** Competirá a cada interessado, quando da visita técnica, fazer-se acompanhar dos técnicos e especialistas que entender suficientes para colher as informações necessárias à elaboração da sua proposta.

**4.1.5.2.4.** As prospecções, investigações técnicas, ou quaisquer outros procedimentos que impliquem interferências no local em que serão prestados os serviços deverão ser previamente informadas e autorizadas pela Administração.

**4.1.5.2.5.** O interessado não poderá pleitear modificações nos preços, nos prazos ou nas condições contratuais, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou de informações sobre o local em que serão executados os serviços objeto da contratação.

**4.1.5.2.6.** O licitante que optar pela não realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme o modelo constante do **Anexo VII.2** do Edital.

**4.2. Disposições gerais sobre os documentos de habilitação**

**4.2.1.** Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas nos **180 (cento e oitenta) dias** imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

**4.2.2.** O Pregoeiro, a seu critério, poderá diligenciar para esclarecer dúvidas ou confirmar o teor das declarações solicitadas no item 4.1.4 deste Edital e das comprovações de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica (caso exigidas nos itens 4.1.3 e 4.1.5), aplicando-se, em caso de falsidade, as sanções penais e administrativas pertinentes.

**4.2.3.** Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos no item 4.1.2 deverão ser apresentados tanto pela matriz quanto pelo estabelecimento que executará o objeto do contrato.

**4.2.4.** O licitante que se considerar isento ou imune de tributos relacionados ao objeto da licitação, cuja regularidade fiscal seja exigida no presente Edital, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

## 5. SESSÃO PÚBLICA E DO JULGAMENTO

**5.1.** **Abertura das propostas.** No dia e horário previstos neste Edital, o Pregoeiro dará início à sessão pública do pregão eletrônico, com a abertura automática das propostas e a sua divulgação pelo sistema na forma de grade ordenatória, em ordem crescente de preços.

**5.2.** **Análise.** A análise das propostas pelo Pregoeiro se limitará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e à legislação vigente.

**5.2.1.** Serão desclassificadas as propostas:

**a)** cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste Edital;

**b)** que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes;

**c)** apresentadas por licitante impedida de participar, nos termos do item 2.2 deste Edital;

**d)** que apresentem preços unitários ou total simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos ou salários de mercado;

**e)** formuladas por licitantes participantes de cartel, conluio ou qualquer acordo colusivo voltado a fraudar ou frustrar o caráter competitivo do certame licitatório.

**5.2.2.** A desclassificação se dará por decisão motivada do Pregoeiro, observado o disposto no artigo 43, §3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**5.2.3.** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

**5.2.4.** O eventual desempate de propostas do mesmo valor será promovido pelo sistema, com observância dos critérios legais estabelecidos para tanto.

**5.3.** Nova grade ordenatória será divulgada pelo sistema, contendo a relação das propostas classificadas e das desclassificadas.

**5.4.** **Lances.** Será iniciada a etapa de lances com a participação de todas as licitantes detentoras de propostas classificadas.

**5.4.1.** Os lances deverão ser formulados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço ou ao último valor apresentado pela própria licitante ofertante, observada em ambos os casos a redução mínima fixada no item 5.4.2, aplicável, inclusive, em relação ao primeiro formulado, prevalecendo o primeiro lance recebido, quando ocorrerem 02 (dois) ou mais lances do mesmo valor.

**5.4.2.** O valor de redução mínima entre os lances será de **R$ 10,00 (dez reais)** e incidirá sobre o valor mensal estimado da contratação, cuja alteração pela área interessada, se for o caso, poderá ocorrer até o limite máximo de 1% (um por cento).

**5.4.3.** A etapa de lances terá a duração de 15 (quinze) minutos.

**5.4.3.1.** A duração da etapa de lances será prorrogada automaticamente pelo sistema, visando à continuidade da disputa, quando houver lance admissível ofertado nos últimos 03 (três) minutos do período de que trata o item 5.4.3 ou nos sucessivos períodos de prorrogação automática.

**5.4.3.2.** Não havendo novos lances ofertados nas condições estabelecidas no item 5.4.3.1, a duração da prorrogação encerrar-se-á, automaticamente, quando atingido o terceiro minuto contado a partir do registro no sistema do último lance que ensejar prorrogação.

**5.4.4.** No decorrer da etapa de lances, as licitantes serão informadas pelo sistema eletrônico:

**5.4.4.1.** dos lances admitidos e dos inválidos, horários de seus registros no sistema e respectivos valores;

**5.4.4.2.** do tempo restante para o encerramento da etapa de lances.

**5.4.5.** A etapa de lances será considerada encerrada findos os períodos de duração indicados no item 5.4.3.

**5.5.** **Classificação.** Encerrada a etapa de lances, o sistema divulgará a nova grade ordenatória contendo a classificação final, em ordem crescente de valores, considerando o último preço admitido de cada licitante.

**5.6.** **Empate ficto.** Com base na classificação a que alude o item 5.5, será assegurada às licitantes microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, preferência à contratação, observadas as seguintes regras:

**5.6.1.** A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada será convocada pelo Pregoeiro para que apresente preço inferior ao da melhor classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência. Caso haja propostas empatadas, a convocação recairá sobre a licitante vencedora de sorteio.

**5.6.2.** Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, cujos valores das propostas se enquadrem nas condições indicadas no item 5.6.1.

**5.6.3.** Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o item 5.5, seja microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34, da Lei Federal n° 11.488/2007, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.

**5.7.** **Negociação.** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor mediante troca de mensagens abertas no sistema, com vistas à redução do preço.

**5.8.** **Aceitabilidade.** Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

**5.8.1.** A aceitabilidade dos preços será aferida com base nos valores referenciais constantes do volume do CADTERC correspondente ao objeto licitado e vigente no mês de referência dos preços.

**5.8.2.** Não serão aceitas as propostas que tenham sido apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional e que, não obstante, tenham considerado os benefícios desse regime tributário diferenciado.

**5.8.3.** Na mesma sessão pública, o Pregoeiro solicitará da licitante detentora da melhor oferta o envio, no campo próprio do sistema, da planilha de proposta detalhada, elaborada de acordo com o modelo do **Anexo II** deste Edital, contendo os preços unitários e o novo valor total para a contratação a partir do valor total final obtido no certame.

**5.8.3.1.** O Pregoeiro poderá a qualquer momento solicitar às licitantes a composição de preços unitários de serviços e/ou de materiais/equipamentos, bem como os demais esclarecimentos que julgar necessários.

**5.8.3.2.** A critério do Pregoeiro, a sessão pública poderá ser suspensa por até 02 (dois) dias úteis para a apresentação da planilha de proposta em conformidade com o modelo do **Anexo II**.

**5.8.3.3.** Se a licitante detentora da melhor oferta deixar de cumprir a obrigação estabelecida no item 5.8.3, sua proposta não será aceita pelo Pregoeiro.

**5.9.** **Exame das condições de habilitação.** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação, observando as seguintes diretrizes:

**a)** Verificação dos dados e informações do autor da oferta aceita, constantes do CAUFESP e extraídos dos documentos indicados no item 4 deste Edital;

**b)** Caso os dados e informações constantes no CAUFESP não atendam aos requisitos estabelecidos no item 4 deste Edital, o Pregoeiro verificará a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos hábeis de informações. Essa verificação será certificada pelo Pregoeiro na ata da sessão pública, devendo ser anexados aos autos os documentos obtidos por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada;

**c)** A licitante poderá suprir eventuais omissões ou sanear falhas relativas ao cumprimento dos requisitos e condições de habilitação estabelecidos neste Edital mediante a apresentação de documentos, preferencialmente por correio eletrônico a ser fornecido pelo Pregoeiro no chat do sistema, desde que os envie no curso da própria sessão pública e antes de ser proferida decisão sobre a habilitação. As declarações solicitadas no item 4.1.4 e as comprovações de qualificação técnica, caso exigida no item 4.1.5, serão obrigatoriamente apresentadas por correio eletrônico, sem prejuízo do disposto no item 5.9, “a”, “b” e “c” deste Edital.

**d)** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações, no momento da verificação a que se refere a alínea “b”, ou dos meios para a transmissão de cópias de documentos a que se refere a alínea “c”, ambas deste subitem 5.9, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades e/ou não sendo supridas ou saneadas as eventuais omissões ou falhas, na forma prevista nas alíneas “b” e “c”, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada;

**e)** Os originais ou cópias autenticadas por tabelião de notas dos documentos enviados na forma constante da alínea “c” deverão ser apresentados no endereço indicado no preâmbulo deste Edital, em até 02 (dois) dias após o encerramento da sessão pública, sob pena de invalidade do respectivo ato de habilitação e aplicação das penalidades cabíveis;

**f)** A comprovação da regularidade fiscal e trabalhista de microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007 será exigida apenas para efeito de celebração do contrato. Não obstante, a apresentação de todas as certidões e documentos exigidos para a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista será obrigatória na fase de habilitação, ainda que apresentem alguma restrição ou impedimento.

**f.1)** A prerrogativa tratada na alínea “f” abrange apenas a regularidade fiscal e trabalhista do licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 34 da Lei Federal n° 11.488/2007, não abrangendo os demais requisitos de habilitação exigidos neste Edital, os quais deverão ser comprovados durante o certame licitatório e na forma prescrita neste item 5.9.

**g)** Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

**h)** Havendo necessidade de maior prazo para analisar os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no chat eletrônico a nova data e horário para sua continuidade.

**i)** Por meio de aviso lançado no sistema, o Pregoeiro informará às demais licitantes que poderão consultar as informações cadastrais da licitante vencedora utilizando opção disponibilizada no próprio sistema para tanto. O Pregoeiro deverá, ainda, informar o teor dos documentos recebidos por meio eletrônico.

**5.10.** **Regularidade fiscal e trabalhista de ME/EPP/COOPERATIVA.** A licitante habilitada nas condições da alínea “f” do item 5.9 deverá comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que a licitante for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

**5.11.** Ocorrendo a habilitação na forma indicada na alínea “f”, do item 5.9, a sessão pública será suspensa pelo Pregoeiro, observados os prazos previstos no item 5.10 para que a licitante vencedora possa comprovar a regularidade fiscal e trabalhista.

**5.12.** Por ocasião da retomada da sessão, o Pregoeiro decidirá motivadamente sobre a comprovação ou não da regularidade fiscal e trabalhista de que trata o item 5.10, ou sobre a prorrogação de prazo para a mesma comprovação.

**5.13.** **Licitação fracassada.** Se a oferta não for aceitável, se a licitante desatender às exigências para a habilitação, ou não sendo saneada a irregularidade fiscal e trabalhista, nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o item 5.5, examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

## 6. RECURSO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**6.1. Recursos.** Divulgado o vencedor ou, se for o caso, saneada a irregularidade fiscal e trabalhista nos moldes dos itens 5.10 a 5.12, o Pregoeiro informará às licitantes por meio de mensagem lançada no sistema que poderão interpor recurso, imediata e motivadamente, por meio eletrônico, utilizando exclusivamente o campo próprio disponibilizado no sistema.

**6.2.** Havendo interposição de recurso o Pregoeiro informará aos recorrentes que poderão apresentar memoriais contendo as razões recursais no prazo de 03 (três) dias úteis após o encerramento da sessão pública, sob pena de preclusão. Os demais licitantes poderão apresentar contrarrazões ao(s) recurso(s) interposto(s) no prazo comum de 03 (três) dias úteis contados a partir do término do prazo para apresentação, pelo(s) recorrente(s), dos memoriais recursais, sendo-lhes assegurada vista aos autos do processo no endereço indicado pela Unidade Compradora.

**6.3.** Os memoriais de recurso e as contrarrazões serão oferecidos por meio eletrônico no sítio **www.bec.sp.gov.br**, opção “RECURSO”. A apresentação de documentos relativos às peças antes indicadas, se houver, será efetuada mediante protocolo dentro dos prazos estabelecidos no item 6.2.

**6.4.** A falta de interposição do recurso na forma prevista no item 6.1 importará na decadência do direito de recorrer, podendo o Pregoeiro adjudicar o objeto do certame ao vencedor na própria sessão pública e, em seguida, propor à autoridade competente a homologação do procedimento licitatório.

**6.5.** O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

**6.6. Homologação.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto da licitação à licitante vencedora e homologará o procedimento licitatório.

**6.7.** **Adjudicação**. A adjudicação será feita considerando-se a totalidade do objeto.

## 7. DESCONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO

**7.1.** **Desconexão.** À licitante caberá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, respondendo pelos ônus decorrentes de sua desconexão ou da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema.

**7.2.** **Efeitos.** A desconexão do sistema eletrônico com o Pregoeiro, durante a sessão pública, implicará:

**a)** fora da etapa de lances, a sua suspensão e o seu reinício, desde o ponto em que foi interrompida. Neste caso, se a desconexão persistir por tempo superior a 15 (quinze) minutos, a sessão pública deverá ser suspensa e reiniciada somente após comunicação expressa às licitantes de nova data e horário para a sua continuidade;

**b)** durante a etapa de lances, a continuidade da apresentação de lances pelas licitantes, até o término do período estabelecido no Edital.

**7.3.** A desconexão do sistema eletrônico com qualquer licitante não prejudicará a conclusão válida da sessão pública ou do certame.

## 8. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

**8.1.** **Remissão ao Termo de Referência.** O objeto desta licitação deverá ser executado em conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** deste Edital, correndo por conta da contratada as despesas necessárias à sua execução, em especial as relativas a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução do objeto do contrato.

## 9. MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

**9.1. Remissão ao contrato.** Os serviços executados serão objeto de medição mensal, que será realizada de acordo com as condições estabelecidas no termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

## 10. PAGAMENTOS E REAJUSTE DE PREÇOS

**10.1. Remissão ao contrato.** Os pagamentos e o reajuste de preços serão efetuados em conformidade com o termo de contrato, cuja minuta constitui o **Anexo V** deste Edital.

**10.2.** Às faturas mensais apresentadas pela contratada poderá ser aplicado um fator redutor em função da pontuação final obtida no **Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços**, sem prejuízo da eventual aplicação de sanções em razão do inadimplemento total ou parcial do contrato.

**10.3.** Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no **Anexo VI** do Edital.

## 11. CONTRATAÇÃO

**11.1.** **Celebração do contrato.** A contratação decorrente deste certame licitatório será formalizada mediante a assinatura de termo de contrato, cuja minuta integra este Edital como **Anexo V.**

**11.1.1.** Se, por ocasião da celebração do contrato, algum dos documentos apresentados pela adjudicatária para fins de comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista estiver com o prazo de validade expirado, a Unidade Compradora verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando ao expediente os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

**11.1.2.** Se não for possível atualizar os documentos referidos no item 11.1.1 por meio eletrônico hábil de informações, a adjudicatária será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

**11.1.3.** Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome da adjudicatária no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se a devedora comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º. da Lei Estadual nº 12.799/2008.

**11.1.4.** Com a finalidade de verificar o eventual descumprimento pelo licitante das condições de participação previstas no item 2.2 deste Edital serão consultados, previamente à celebração da contratação, os seguintes cadastros:

**11.1.4.1.** Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções **(http://www.esancoes.sp.gov.br)**;

**11.1.4.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS **(http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis)**;

**11.1.4.3.** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNIA, do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) **(http://www.cnj.jus.br/improbidade\_adm/consultar\_requerido.php),** devendo ser consultados o nome da pessoa jurídica licitante e também de seu sócio majoritário (artigo 12 da Lei Federal n° 8.429/1992).

**11.1.5.** Constituem, igualmente, condições para a celebração do contrato:

**a)** a indicação de gestor encarregado de representar a adjudicatária com exclusividade perante o contratante, caso se trate de sociedade cooperativa;

**b)** a apresentação do(s) documento(s) que a adjudicatária, à época do certame licitatório, houver se comprometido a exibir antes da celebração do contrato por meio de declaração específica, caso exigida no item 4.1.4.6 deste Edital.

**11.2.** A adjudicatária deverá, no prazo de 3 (três) dias úteis, a partir da data da convocação publicada na Imprensa Oficial, comparecer à sede do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, localizada na Rua Riachuelo, 115 – 6º andar – sala 613 – Centro – São Paulo, para assinatura do termo de contrato. O prazo para assinatura poderá ser prorrogado por igual período por solicitação justificada do interessado e aceita pela instituição.

**11.3.** **Celebração frustrada.** As demais licitantes classificadas serão convocadas para participar de nova sessão pública do pregão, com vistas à celebração do contrato, quando a adjudicatária:

**11.3.1.** Deixar de comprovar sua regularidade fiscal e trabalhista, nos moldes do item 5.10, ou na hipótese de invalidação do ato de habilitação com base no disposto na alínea “e” do item 5.9;

**11.3.2.** For convocada dentro do prazo de validade de sua proposta e não apresentar a situação regular de que tratam os itens 11.1.1 a 11.1.5 deste Edital.

**11.3.3.** Recusar-se a assinar o contrato ou não comparecer no horário e local indicados para a sua assinatura;

**11.3.4.** For proibida de participar desta licitação, nos termos do item 2.2 deste Edital;

**11.4.** A nova sessão de que trata o item 11.3 será realizada em prazo não inferior a 03 (três) dias úteis contados da publicação do aviso no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

**11.4.1**. O aviso será também divulgado nos endereços eletrônicos **http://www.bec.sp.gov.br** e **www.imesp.com.br**, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”.

**11.4.2.** Na nova sessão, respeitada a ordem de classificação, observar-se-ão as disposições dos itens 5.7 a 5.10 e 6.1 a 6.7 deste Edital.

## 12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**12.1.** **Impedimento de licitar e contratar.** Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, a pessoa física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**12.2.** **Multas e registros.** A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no Ato (N) nº 308/03 - PGJ, de 18 de março de 2003, **Anexo IV** deste Edital, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço **www.esancoes.sp.gov.br**, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço [**http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis**](http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis).

**12.2.1.** De acordo com o artigo 81 da Lei federal n.º 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações, combinado com o artigo 2º do Ato (N) n.º 208/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003, a recusa injustificada da licitante de aceitar ou retirar a Nota de Empenho ou assinar o Termo de Contrato, dentro do prazo estabelecido no subitem 2 do item X – DA CONTRATAÇÃO, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se a multa de 40% (quarenta por cento) do valor total da contratação.

**12.3.** **Autonomia.** As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

**12.4. Descontos.** Quando aplicada a multa, essa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 e seu parágrafo único, ambos do Ato (N) n.º 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003.

**12.5.** **Conformidade com o marco legal anticorrupção.** A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

**13. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

**14. IMPUGNAÇÕES E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS**

**14.1.** **Forma.** As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão formulados por meio eletrônico, em campo próprio do sistema, encontrado na opção “EDITAL”. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**14.2.** **Decisão.** As impugnações serão decididas pelo subscritor do Edital e os pedidos de esclarecimentos respondidos pelo Pregoeiro até o dia útil anterior à data fixada para a abertura da sessão pública.

**14.2.1.** Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para realização da sessão pública, se for o caso.

**14.2.2.** As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimentos serão entranhados aos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

**14.3.** **Aceitação tácita.** A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus anexos, em especial no Termo de Referência e na minuta de termo de contrato.

## 15. DISPOSIÇÕES GERAIS

**15.1.** **Interpretação.** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

**15.2.** **Omissões.** Os casos omissos serão solucionados pelo Pregoeiro e as questões relativas ao sistema, pelo Departamento de Contratações Eletrônicas, da Secretaria da Fazenda.

**15.3.** **Atas.** Das sessões públicas de processamento do Pregão serão lavradas atas circunstanciadas, observado o disposto no artigo 14, inciso IX, do Regulamento anexo à Resolução CC-27/2006, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pela equipe de apoio.

**15.4. Sigilo dos licitantes.** O sistema manterá sigilo quanto à identidade das licitantes:

**15.4.1.** Para o Pregoeiro, até a etapa de negociação com o autor da melhor oferta;

**15.4.2.** Para os demais participantes, até a etapa de habilitação;

**15.5.** Será excluído do certame o licitante que, por quaisquer meios, antes ou durante a sessão pública, franqueie, permita ou possibilite a sua identificação para a Unidade Compradora, para o Pregoeiro ou para os demais participantes em qualquer momento, desde a publicação do aviso até a conclusão da etapa de negociação, especialmente no preenchimento do formulário eletrônico para a entrega das propostas.

**15.6.** A exclusão de que trata o item anterior dar-se-á por meio de desclassificação do licitante na etapa "Análise de Propostas" e/ou pela não aceitabilidade do preço pelo pregoeiro na etapa "Análise da Aceitabilidade de Preço".

**15.7.** **Saneamento de erros e falhas.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**15.7.1.** As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

**15.7.2.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

**15.8.** **Publicidade.** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos à publicação, serão divulgados no Diário Oficial do Estado e nos sítios eletrônicos **www.imesp.com.br**, opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”, **www.bec.sp.gov.br**, opção “PREGÃO ELETRÔNICO” e **www.mpsp.mp.br**, opção “LICITAÇÕES”.

**15.9.** **Prazos**. Os prazos indicados neste Edital em dias corridos, quando vencidos em dia não útil, prorrogam-se para o dia útil subsequente.

**15.10.** **Foro**. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

**15.11.** **Anexos**. Integram o presente Edital:

**Anexo I –** Termo de Referência;

**Anexo II –** Modelo de planilha de proposta;

**Anexo III –** Modelos de Declarações;

**Anexo IV –** Ato (N) nº 308/03 - PGJ, de 18 de março de 2003;

**Anexo V –** Minuta de Termo de Contrato;

**Anexo VI –** Avaliação da Qualidade dos Serviços;

**Anexo VII –** Modelos referentes à visita técnica;

**Anexo VIII –** Resolução Nº 37, de 28 de abril de 2009.

São Paulo, 12 de novembro de 2019.

**RICARDO DE BARROS LEONEL**

Promotor de Justiça

Diretor-Geral

**ANEXO I**

# TERMO DE REFERÊNCIA

# ANEXO I.1.

**MEMORIAL DESCRITIVO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**VIGILÂNCIA ELETRÔNICA POR SISTEMAS DE CONTROLE DE ACESSO, CFTV ALARMES E PROTEÇÃO PERIMETRAL**

**IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA BRASIL, Nº 494 – PRESIDENTE PRUDENTE – SP**

1. **OBJETIVO**
   1. O presente memorial tem por objetivo fornecer subsídios para contratação de empresa especializada para a implantação do sistema de Vigilância Eletrônica, contemplando-se a locação dos equipamentos (e materiais correlatos) de Controle de Acesso, CFTV, Alarmes e Proteção Perimetral, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo o aparato locado, nas dependências do imóvel ocupado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Avenida Brasil, nº 494, Presidente Prudente, SP.
2. **CONSIDERAÇÕES INICIAIS**
   1. Este documento e o projeto básico fornecido pelo Centro de Engenharia do Ministério Público do Estado de São Paulo, doravante denominado CE-MPSP, têm por finalidade apenas orientar a empresa licitante, a partir de agora denominada CONTRATADA, sobre condições técnicas inseridas no processo licitatório referente elaboração de sua proposta de acordo com os serviços pretendidos, associando a necessidade de vistoria no local pelo responsável técnico a fim de esclarecer quaisquer dúvidas que possam comprometer a implantação desejada, comunicando por escrito eventuais discrepâncias, omissões ou erros que tenha observado e que possa trazer qualquer impedimento tanto do cronograma de execução ou prestação dos serviços quanto aos custos ou qualquer item da planilha orientativa.
   2. A proposta deverá compor aplicação da melhor viabilidade para execução dos serviços na instalação dos equipamentos e acessórios integrantes do sistema, analisando fatores técnicos e dimensionamentos necessários, aplicação da boa técnica com alta qualidade dos materiais, serviços e acabamentos obedecendo as exigências normativas vigentes da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas e a Resolução 242 de 30.11.00 de novembro de 2000, alterada pela Resolução 662, de 08.03.16, além das Resoluções 232 de 07.11.2002, complementada pela Resolução 626 de 20.11.2013, da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), quando aplicável. O mesmo procedimento deve ser adotado para equipamentos e acessórios que venham a ser substituídos. Além das exigências eletromecânicas ou eletrônicas, também nas eventuais intervenções de ordem civil ou arquitetônica devem ser observadas as orientações do CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), bem como as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (*International Organization for Standardization*), relativas a sistemas de gestão ambiental, bem como Instituições oficiais de qualidade (INMETRO, PROCEL, etc.), inclusive evitando danos a terceiros. Na ocasião das referências citadas não contemplarem as especificações desejadas, poderão ser adotadas normas internacionais reconhecidas pela ABNT (a exemplo das normas IEC - *International Electrotechnical Commission*). Ainda, deverão ser atendidas legislações do âmbito Federal, Estadual e Municipal, bem como Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho, Concessionárias, Permissionárias, Autarquias e Corpo de Bombeiros.
   3. Quaisquer alterações do projeto orientativo apresentado neste documento somente poderão ser efetuadas mediante ciência e prévia aprovação do CE-MPSP.
   4. A execução e início dos serviços estão vinculados ao **projeto executivo** específico e ficarão condicionados à prévia aprovação pelo CE-MPSP, cuja responsabilidade técnica será exclusivamente da CONTRATADA.
3. **DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**
   1. O escopo contempla **instalação e locação** dos conjuntos de equipamentos necessários e suficientes para o funcionamento dos sistemas de Controle de Acesso, CFTV Alarmes e Proteção Perimetral (elencados no item “4. Especificações técnicas mínimas das configurações dos equipamentos e soluções”) nos ambientes indicados em projeto básico orientativo anexo, conforme especificações e níveis de serviço estabelecidos.
   2. Os grupos de serviços que compõem a categoria I – Controle de Acesso, categoria II – CFTV (Circuito Fechado de Televisão), categoria III – Alarmes e categoria V – Complementares, seguindo as referências do Volume 13 – Vigilância Eletrônica – CADTERC / BEC, data-base Janeiro/19 – Versão 08 – Junho/19, incluindo seus subgrupos serão desmembrados no quadro-resumo abaixo, descartando itens do CADTERC não vinculados ao escopo do projeto básico:

|  |
| --- |
| **Categoria I – Controle de Acesso** |
| **Grupos e subgrupos de serviços** |
| **I.1 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Catracas** |
| I.1.1 – Locação de Catracas |
| **I.3 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso – Portas** |
| I.3.1 – Locação de Controle de Acesso Stand alone  I.3.2 – Locação de gerenciador via software |
| I.3.3 – Locação de Fechaduras – Controle de Acesso |
| **I.4 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso - Cartões** |
| I.4.1 – Locação de Cartões – Controle de Acesso |
| **I.5 – Prestação de Serviços de Controle de Funcionários/Visitantes** |
| I.5.1 – Locação de Dispositivos de Controle de Funcionários/Visitantes |
| **I.6 – Prestação de Serviços de Central/Servidor de Controle de Acesso** |
| I.6.1 – Locação de Central de Controle de Acesso e Software |
| **I.8 – Prestação de Serviços de Manutenção de Controle de Acesso** |
| I.8.1 – Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web |
| **Categoria II – CFTV (Circuito Fechado de Televisão)** |
| **Grupos e subgrupos de serviços** |
| **II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP** |
| II.3.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Sistema-IP |
| II.3.2 – Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV |
| **II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios e Conversores para CFTV Convencional (Digital)/Sistema IP** |
| II.5.1 – Locação de Acessórios de CFTV Digital/IP |
| II.5.4 – Locação de Acessórios de CFTV IP - PoE |
| **II.7 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP** |
| II.7.2 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) |
| II.7.5 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) - PoE |
| **II.10 – Prestação de Serviços de Manutenção de CFTV** |
| II.10.1 – Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP - PoE |
| **Categoria III – Alarmes** |
| **Grupos e subgrupos de serviços** |
| **III.2 – Prestação de Serviços de Sistemas de Alarmes Não Monitorados** |
| III.2.1 – Locação de Centrais de Alarme Não Monitorados |
| **III.3 – Manutenção de Sistema de Central de Alarme Monitorado e Não monitorados** |
| III.3.1 – Serviços de Manutenção de Sistemas de Alarme |
| **III.4 – Prestação de Serviços de Sensores e Acessórios** |
| III.4.1 – Locação de Sensores e Acessórios |
| **Categoria V – Complementares** |
| **Grupos e subgrupos de serviços** |
| **V.3 – Prestação de Serviços de Proteção Perimetral** |
| V.3.1 – Locação de Proteção Perimetral |

* 1. O banco de dados resultante dos acessos ao prédio por visitantes deve estar disponível ao MPSP no final do período do contrato, independentemente de renovação, para repassar à próxima CONTRATADA, visando manter a continuidade do serviço.
  2. Sempre que houver solicitação por parte do MPSP ou a cada período de 12 (doze) meses, a CONTRATADA deverá entregar ao MPSP o banco de dados resultante dos sistemas de controle de acesso e de visitantes, no formato digital.
  3. Estão incluídos serviços de instalação da infraestrutura eventualmente necessária, e instalação dos equipamentos e sistemas, além da manutenção preventiva e corretiva global.
  4. Os serviços de instalação, bem como aqueles de infraestrutura eventualmente necessários, serão executados pela CONTRATADA, incluindo todo e qualquer material para a completa instalação dos equipamentos, além de transporte de materiais e pessoal, serviços de tubulação, cabeamento e adaptação de instalações elétricas, interligando os pontos de instalação a serem ativados.
  5. Entende-se por instalação, a montagem, a fixação, os ajustes, a interligação entre si e com quadros e painéis, a alimentação elétrica de todos os equipamentos, execução de testes, a calibração dos equipamentos e a colocação em operação de todo o sistema até seu recebimento. Inclui os serviços de adequação de painéis, de montagem, de instalação e testes, inclusive obras civis e respectivos acabamentos, se houver.
  6. A existência de interferência com a arquitetura e/ou com obras civis deve ser solucionada durante a fase de elaboração do projeto executivo de instalação, o qual será submetido ao CE-MPSP para análise e eventual aprovação.
  7. Deverão ser encaminhados, previamente à instalação do sistema, os catálogos dos equipamentos a serem instalados, de acordo com as especificações técnicas constantes do edital de contratação, para a aprovação pelo Contratante. O fornecimento deve conter catálogos de todos os equipamentos instalados na língua portuguesa (conforme estabelecido no Art. 31 do Código de Defesa do Consumidor); não serão admitidos catálogos em língua inglesa, espanhol, francês ou, ainda, catálogos em línguas, alfabetos ou ideogramas diferentes do alfabeto latino do padrão ISO.
  8. Após concluir os serviços de instalação, a CONTRATADA deve retirar todo o material existente, entulho, ou quaisquer materiais remanescentes do trabalho executado, separados de forma seletiva (entulho, madeiras, metais, papéis, plásticos e vidros) e acondicionados em caçamba ou recipientes metálicos; os locais deverão ser entregues em perfeitas condições de higiene e limpeza, bem como acompanhar os padrões estéticos do imóvel. Produtos e subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira ou de origem exótica, caso sejam utilizados na obra, devem atender instruções da legislação pertinente. Da mesma forma o descarte dos resíduos gerados na construção deverá obedecer a diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307 de 05 de julho de 2002 do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, Resolução nº 348 de 16 de agosto de 2004 (que altera o inciso IV do art. 3º da Resolução 307), Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1 de 19 de janeiro de 2010 e Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil. Ademais, para fins de fiscalização e sob pena de multa, a CONTRATADAdeverá comprovar que todos os resíduos removidos foram acompanhados de MTR (Manifesto de Transporte de Resíduos) em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, ABNT NBR nº 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116 de 2004.
  9. Os trabalhos deverão ser executados de forma a garantir os melhores resultados e desempenho, devendo a Contratada implementar a solução mais adequada para o caso concreto, combinando técnica e custo de modo a otimizar a qualidade dos serviços e a buscar a melhor integração entre materiais, equipamentos, instrumentos e outros componentes a serem locados, entre si e com o futuro serviço de sistema de detecção de incêndio e iluminação de emergência, fazendo funcionar eficientemente o sistema como um todo.
  10. Todos os custos de instalação serão suportados pela CONTRATADA, outrossim, todos os equipamentos, materiais e infraestrutura necessária, deverão ser por ela fornecidos. Eventuais exceções, para utilização de infraestrutura existente no imóvel, deverão ser analisadas e aprovadas formalmente pelo CE-MPSP.
  11. A CONTRATADA deverá prestar serviços eventuais, compreendendo a desinstalação e reinstalação de equipamentos no mesmo local, decorrente da alteração interna de *layout* da unidade; desinstalação e reinstalação de equipamentos em outro local do mesmo município em virtude de eventual mudança da unidade.
  12. Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA a guarda e manutenção de equipamentos e/ou materiais de sua propriedade que sejam colocados para uso durante a execução dos serviços.
  13. A CONTRATADA deve identificar todos os equipamentos de sua propriedade de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do MPSP.
  14. A empresa CONTRATADA deverá fornecer um cronograma da instalação dos equipamentos dentro do prazo estipulado pelas partes de acordo com o projeto.
  15. A CONTRATADA deverá treinar os usuários sobre os sistemas eletrônicos de forma a capacitá-los à correta utilização dos mesmos, além de orientar referente uso de códigos, senhas e contrassenhas.
  16. A CONTRATADA deverá providenciar o Memorial Descritivo de instalação, indicando todos os equipamentos instalados, suas especificações, notas técnicas das instalações referentes às interferências arquitetônicas para a instalação dos equipamentos e/ou outras medidas ou problemas encontrados. O Memorial Descritivo deverá ser acompanhado dos catálogos de todos os equipamentos instalados e dos diagramas esquemáticos de instalação, além do **projeto *AS-BUILT***da instalação, conforme indicado a seguir:

MEMORIAL DESCRITIVO

CATÁLOGO DOS EQUIPAMENTOS EM **PORTUGUÊS**

DIAGRAMA ESQUEMÁTICO

*AS-BUILT* DA INSTALAÇÃO

**+ + +**

* 1. A **Manutenção Técnica Preventiva** deve ocorrer em frequência não inferior a 3 (três) meses, contemplando os serviços efetuados para manter os equipamentos funcionando em condições normais, tendo como objetivo diminuir as possibilidades de paralisação, compreendendo: manutenção do bom estado de conservação, substituição ou reparo de pequenos componentes que comprometam o bom funcionamento, modificações necessárias com objetivo de atualização dos aparelhos, limpeza, regulagem, inspeção, calibração e simulação de testes mecânicos e eletroeletrônicos em todo sistema interno e externo, entre outras ações que garantam que o conjunto dos equipamentos esteja em permanente condição de operação.
  2. A **Manutenção Técnica Corretiva** contempla serviços de reparo realizados com a finalidade de eliminar todos os defeitos existentes nos equipamentos, identificados por meio de diagnóstico, bem como a correção de anormalidades, a realização de testes e regulagens que sejam necessárias para garantir o retorno do equipamento às condições normais de funcionamento e, também, na substituição do equipamento sem que haja prejuízo ao funcionamento do sistema.
     1. Caberá à CONTRATADA manter o sistema em perfeitas condições de uso durante todo o período de duração do contrato, comprometendo-se a reparar ou a substituir, se for o caso, os acessórios ou componentes que apresentarem falhas e que não caracterizarem perda das funções básicas do sistema.
     2. Nesse caso, as falhas constatadas deverão ser sanadas de imediato, observando prazos razoáveis e tecnicamente admitidos, ou aqueles previstos no edital, memorial descritivo, contratos e/ou acordos de nível de serviço.
     3. Na ocorrência de falhas que resultarem em perda das funções básicas, a CONTRATADA deverá obrigatoriamente providenciar, de imediato, o restabelecimento do sistema, inclusive, em horários noturnos, e aos sábados, domingos e feriados.
     4. A CONTRATADA deverá instalar, quando necessária a substituição de materiais dos sistemas Controle de Acesso, CFTV e Alarmes, equipamentos de primeira linha de fabricação, de acordo com as especificações atuais, nunca inferiores.
     5. A CONTRATADA deverá comunicar ao Gestor do Contrato todas as ocorrências nos equipamentos instalados que possam comprometer, ou não, os serviços.
     6. Sem prejuízo das penalidades previstas, na impossibilidade do restabelecimento imediato das funções básicas do sistema, a CONTRATADA deverá garantir as condições de segurança do patrimônio do MPSP por meio de ações estabelecidas nos procedimentos, rotinas de trabalho e planos de contingência, conforme disposições do edital, termo de referência e projeto, proposta de trabalho e contrato.

1. **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DAS CONFIGURAÇÕES DOS EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES**
   1. As especificações técnicas descrevem todos os tipos de serviços inclusos em cada subgrupo dentro das categorias I – Controle de acesso, II – CFTV (Circuito fechado de televisão), III – Alarmes e V – Complementares, bem como os recursos técnicos mínimos necessários para sua execução e funcionamento. Os quadros seguintes os resumem:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **I.1 – Prestação de Serviços de Controle de Acessos – Catracas** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **I.1.1 – Locação de Catracas** | | |
| I.1.1.1.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída | |  | | --- | | ▪ Catraca pedestal com pictogramas orientativos; | | ▪ Três braços articulados em aço inox ou aço inox polido; | | ▪ Corpo e tampo em aço carbono, com pintura em epóxi; | | ▪ Sistema de giro suave dos braços; | | ▪ Sistema antirretorno com capacidade para torques de 1.000 N.m; | | ▪ Sistema provido de mecanismo de desaceleração dos braços; | | ▪ Placa controladora da catraca; | | ▪ Leitor de proximidade MIFARE/RFID/Wiegand. | |
| I.1.1.2.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes | |  | | --- | | ▪ Catraca pedestal com pictogramas orientativos; | | ▪ Três braços articulados em aço inox ou aço inox polido; | | ▪ Corpo e tampo em aço carbono, com pintura em epóxi; | | ▪ Sistema de giro suave dos braços; | | ▪ Sistema antirretorno com capacidade para torques de 1.000 N.m; | | ▪ Sistema provido de mecanismo de desaceleração dos braços; | | ▪ Placa controladora da catraca; | | ▪ Cofre coletor de cartões para visitantes; | | ▪ Leitor de proximidade MIFARE/RFID/Wiegand. | |
| I.1.1.4.L | Catraca tipo pedestal – portadores de necessidades especiais | |  | | --- | | ▪ Catraca pedestal com pictogramas orientativos; | | ▪ Corpo e tampo em aço carbono, com pintura em epóxi; | | ▪ Sistema antirretorno com capacidade para torques de 1.000 N.m; | | ▪ Sistema provido de mecanismo de desaceleração dos braços; | | ▪ Placa controladora da catraca; | | ▪ Cofre coletor de cartões para visitantes; | | ▪ Leitor de proximidade MIFARE/RFID/Wiegand. | |
| I.1.1.7.L | Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos | |  | | --- | | ▪ Estrutura tubular, em perfis metálicos ou fundida, construída em aço carbono com pintura epóxi, aço inox, aço inox polido ou alumínio; | | ▪ A estrutura da portinhola deverá estar preparada para receber a instalação de fechadura com chave, cadeado ou fechadura eletromagnética, bem como leitoras de proximidade; | | ▪ Acabamentos e fechamentos poderão ser feitos em aço inox, aço inox polido, policarbonato ou vidro temperado com no mínimo 8 mm, sem arestas ou cantos vivos, de modo a evitar que roupas, materiais, bolsas ou outros objetos enrosquem, obstruam a passagem ou travem a portinhola; | | ▪ Dobradiças poderão ser em aço carbono ou aço inox; | | ▪ A portinhola e seus elementos, inclusive a fixação, deverão ser resistentes ao impacto de pessoas, cadeiras de roda, carros de mão, entre outros equipamentos de transportes de pessoas, materiais ou documentos. | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
|  | | | |
| **I.3 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso - Portas** | | | |
| **Código do Serviço** | | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **I.3.1 – Locação de Controle de Acesso Stand Alone** | | | |
| I.3.1.2.L | | Módulo de controle de acesso por senha para portas | |  | | --- | | ▪ Não precisa de computador para operar; | | ▪ Programável através do teclado; | | ▪ Entrada para botão adicional de acionamento de fechadura; | | ▪ Capacidade para no mínimo 25 usuários; | | ▪ Alimentação 12 V; | | ▪ Um contato de relé NA/COM/NF para acionamento de fechadura. | |
| **I.3.2 – Locação de Gerenciador Via Software** | | | |
| I.3.2.1.L | | Placa controladora para porta | |  | | --- | | ▪ Alimentação 12 V; | | ▪ Capacidade de armazenamento ilimitada no modo online; | | ▪ Entrada para sensor de porta; | | ▪ Leitura Wiegand 26; | | ▪ TCP/IP/RS 232. | |
| **I.3.3 – Locação de Fechaduras – Controle de Acesso** | | | |
| I.3.3.2.L | | Fechadura eletromagnética (até 150 kgf) | |  | | --- | | ▪ Fechadura com trava eletromagnética – força de atraque de até 150 kgf – Alimentação 12 V – DC / 24; | | ▪ Composição caixa em aço inox e resinas especiais, componentes eletrônicos e núcleo metálico em Liga especial; | | ▪ Fonte ininterrupta com Função Nobreak para Fechadura. | |
|  | | | |
| **I.4 – Prestação de Serviços de Controle de Acesso - Cartões** | | | |
| **Código do Serviço** | | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **I.4.1 – Locação de Cartões – Controle de Acesso** | | | |
| I.4.1.1.L | | Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades) | |  | | --- | | ▪ Cartão PVC, frequência de operação de 13,56 MHZ, compatível com MIFARE/RFID com o fornecimento de etiquetas de identificação em layout gráfico definido pelo Contratante, personalizados com o nome e demais informações dos funcionários e cartões com etiquetas padronizadas com a inscrição “VISITANTES”. Os cartões devem ser produzidos pela Contratada, conforme as especificações de layout, e entregues prontos para operação de acordo com o prazo de entrega estabelecido pelo Contratante. | |
|  | | | |
| **I.5 – Prestação de Serviços de Funcionários/Visitantes** | | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **I.5.1 – Locação de Dispositivos de Controle de Funcionários/Visitantes** | | | |
| I.5.1.1.L | Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes | | |  | | --- | | ▪ Resolução mínima 1.3 megapixels, pedestal com base flexível; | | ▪ Tela de LCD ou LED com 17”, resolução 1280 x 1024 75 Hz; | | ▪ No mínimo, processador Intel I3 com 3.4 GHz, mínimo de 4GB de RAM e HD com, no mínimo, 320 GB, DVD-RW, Sistemas Operacionais (conforme padrão adotado pelo Contratante): Windows 7, Windows 8.8.1 ou superior ou Linux, Placa de rede Ethernet 10/100/1000 integrada, gabinete tipo torre, mouse e teclado PT-BR; | | ▪ Potência Útil de até 1,2 kVA; | | ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica, com utilização de bateria adicional acoplada; | | ▪ Entrada de Energia: Tensão nominal 110 ou 220 volts; | | ▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 Volts e frequências de 60 Hz; | | ▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga; | | ▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas; | | ▪ Estabilizador de linha; | | ▪ Proteção contra subtensão e sobretensão, curto-circuito e sobrecarga; | | ▪ Bateria selada; | | ▪ Entrada de energia de 12 volts; | | ▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; | | ▪ Autonomia mínima 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; | | ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 kVA; | | ▪ 160 x 60 cm com três gavetas de cada lado; | | ▪ Apoio para ombros e braços, regulagem de altura; | | ▪ Ventilação e chave (trancamento); | | ▪ Software de controle de visitantes. | |
|  | | | |
| **I.6 – Prestação de Serviços de Central/Servidor de Controle de Acesso** | | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **I.6.1 – Locação de Central de Controle de Acesso e Software** | | | |
| I.3.1.2.L | Central/Servidor de controle de acesso para até 4 pontos | | |  | | --- | | **PC:**  ▪ Tela de LCD ou LED com 21,5”, resolução 1280 x 1024 75 Hz; | | ▪ Computador com processador core i5 ou superior; | | ▪ Memória mínima: 8GB de memória SDRAM DDR3 a 1.666 MHz 3 DIMM; | | ▪ Disco rígido: unidade de disco rígido de SATA até 1000 GB; | | ▪ Placa de som: conversão estéreo analógico para digital de 24 bits; | | ▪ Dispositivos storage: Drive CD-DVD-RW; | | ▪ Portas E/S padrão: mínimo 8 portas USB 2.0 (sendo 2 portas USB frontais e 6 portas USB 3.0 na placa mãe),1 porta RJ-45 e mínimo 1 porta HDMI; | | ▪ Sistema Operacional Windows 7 Professional 64 bit, Windows 8.1.1 ou superior em português; | | ▪ Placa de rede: Ethernet 10/100/1000 integrada; | | ▪ Gabinete tipo torre, mouse e teclado PT-BR; | | ▪ Fonte de alimentação de 525 watts com correção do fator de potência (PFC); | | **Nobreak:**  **▪** Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica, com utilização de bateria adicional acoplada; | | **▪** Entrada de energia: tensão nominal 110 ou 220 volts; | | ▪ Saída de energia: tensão nominal de 115 volts e Frequências de 60 Hz; | | ▪ Painel frontal com botões e comando de liga e desliga; | | ▪ Painel traseiro: saída para no mínimo 4 tomadas e conexão USB; | | ▪ Estabilizador de linha; | | ▪ Proteção contra subtensão, sobretensão e curto-circuito; | | ▪ Bateria selada; | | ▪ Entrada de energia de 12 Volts; | | ▪ Capacidade nominal de corrente de 18 Ah; | | ▪ Autonomia mínima de 1 hora no caso de falta de energia na rede elétrica; | | ▪ Compatibilidade de integração com nobreak com potência de até 1,2 kVA. | | **Placa controladora 4 pontos:**  ▪ Alimentação 12 V; | | **▪** Capacidade de armazenamento ilimitada no modo online; | | ▪ Entrada para sensor de porta; | | ▪ Leitura Wiegand 26; | | ▪ TCP/IP/RS 232; | | ▪ Capacidade de armazenamento no modo offline. | | **Software:**  ▪ As informações cadastradas devem ser armazenadas em banco de dados, disponíveis para consultas e/ou relatórios; | | ▪ O gerenciamento para operação do sistema deverá ser em tempo real, em rede local G:Gpadrão (Ethernet 10/100/1000 base T); | | ▪ Cadastro dos dados do visitante relacionado com o tipo: visitante, prestador de serviços, colaborador, aluno, etc. e se tem restrição de acesso ao local; | | ▪ Permitir informar o motivo da visita e tempo de permanência, cadastrar os dados do veículo do visitante, editar os dados do visitante, associar crachá a determinada visita e relacionar dados do visitante ao visitado; | | ▪ Possuir ferramentas de manutenção (backup, limpeza e restauração); | | ▪ Possuir capacidade de arquivar no mínimo 1.000.000 registros distintos; | | ▪ Possuir função de renovação periódica do cadastro de visitantes e funcionários, sem prejuízo da base de dados armazenada; | | ▪ Localizar visitantes por empresa, identificar quais e quantos visitantes visitaram uma determinada pessoa; | | ▪ Permitir utilizar uma webcam ou placa de captura para capturar a Imagem do rosto do funcionário ou visitante e possuir a capacidade de integrar as imagens capturadas com os registros individuais das pessoas cadastradas no banco de dados | | ▪ Possuir recurso de limitar horários e zonas de acesso para cada cartão, bem como registrar todo e qualquer acesso permitido ou negado em todas as leitoras mantendo no mínimo os últimos 100.000 acessos; | | ▪ Indicar a posição atual de quantos visitantes estão no estabelecimento; | | ▪ Identificar quantos e quais os visitantes que estão no estabelecimento além do tempo de permanência permitido; | | ▪ Possibilitar a verificação de quantos e quais os visitantes entraram por uma determinada portaria; | | ▪ Permitir agendamento de serviços, emitir relatórios personalizados (inclusive gráficos) com consulta do histórico de visitantes e visitados de um determinado período. Operar com mais de uma estação de identificação em rede local. | |
| I.6.1.3.L | Adicional para central/servidor de controle de acesso | | |  | | --- | | ▪ Placa de controle de acesso para 4 pontos; | | ▪ Licença de ponto de acesso quando necessário; | | ▪ Capacidade de gerenciar remotamente (via web ou internet) uma ou mais controladoras de portas base web; | | ▪ Capacidade mínima de cadastramento de 10.000 cartões; | | ▪ Níveis de acesso programáveis: mínimo 1 nível; | | ▪ Níveis de acesso programáveis por cartão: mínimo 1 nível; | | ▪ Armazenamento mínimo de 25.000 eventos; | | ▪ Idioma de operação e programação: português. | | **Funcionalidade do software:**  ▪ Capacidade de criar perfis de gerenciamento do sistema por meio de login e senha, para administradores e usuários do sistema; | | ▪ Capacidade de programação dos pontos de acesso interligados ao sistema: programação de níveis de acesso; | | ▪ Comandos de abertura e fechamento de portas, catracas e cancelas; | | ▪ Programação de funções antibloqueio e antirretorno; | | ▪ Anti-passback global (anti dupla entrada); | | ▪ Baixa automática de cartões de visitantes: ao se depositar um cartão de visitantes na coletora de cartões, o cartão deverá ser automaticamente apagado da controladora em questão, bem como de todas as controladoras que pertençam ao mesmo grupo de baixa desta; | | ▪ Deverá ser possível o rastreamento de cartões e transações; | | ▪ Deverá possuir uma janela de transações online, em que deverão ser apresentadas todas as transações ocorridas nas controladoras e no sistema, em tempo real; | | ▪ Capacidade de gerar consultas aos eventos e acompanhamento da operação do sistema; | | ▪ Permitir a geração de relatórios no modo online e permitir a extração de dados nos formatos, txt, cvs, xlm, xls e/outros; | | ▪ Capacidade de gerar pesquisa na base de dados: por pessoa, por evento, etc; | | ▪ Capacidade de armazenagem de fotografia do usuário de cartão. | |
|  | | | |
| **I.8 – Prestação de Serviços de Manutenção de Controle de Acesso** | | | |
| **Código do Serviço** | | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.8.1 – Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web** | | | |
| I.8.1.1.M | | Manutenção de Sistema de Controle de Acesso – Catracas, Cancelas e Portas | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |
| I.8.1.2.M | | Manutenção da Central/Servidor e Sistema base web de Controle de Acesso | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |
|  | | | |
| **II.3 – Prestação de Serviços de Dispositivos para CFTV Sistema IP** | | | |
| **Código do Serviço** | | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.3.1 – Locação de Central de Monitoramento Local – Sistema-IP** | | | |
| II.3.1.2.L | | NVR stand alone | |  | | --- | | ▪ Suportar 16 canais IPs; | | ▪ Gravar e transmitir imagens em HD ou superior 15 FPS; | | ▪ Possui matriz virtual que permite reposicionar as imagens do  plano de visualização; | | ▪ Exporta os vídeos em AVI; | | ▪ Exportar arquivos em modo FTP; | | ▪ Saídas de vídeo VGA e HDMI simultâneas; | | ▪ Reprodução em tempo real, detecção de movimento e busca avançada; | | ▪ Suporta 1 HD SATA e 2 interfaces USB 2.0; | | ▪ Modos de gravação: manual, agenda (regular, detecção de movimento); | | ▪ Ethernet RJ45 (10/100); | | ▪ Funções de rede: http, IPv4/IPv6, TCP/IP, UPNP, RTSP, UDP, SMTP, NTP, DHCP, DNS, DDNS, Filtro IP, SNMP; | | ▪ Possibilidade de criação de perfil para o grupo de usuário. | |
| **II.3.2 – Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV** | | | |
| II.3.2.1.L | | Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | |  | | --- | | ▪ O gerenciamento para operação do sistema deverá ser em tempo real, em rede local; | | ▪ Configurar cada câmera individualmente com ajustes independentes de brilho, contraste, saturação e matiz; quantidade quadros por segundo, qualidade de gravação e sensibilidade, tudo de acordo com as condições do ambiente e aplicação; | | ▪ Gravação e reprodução das câmeras com qualidade digital em alta resolução e no mínimo de 120 FPS, sem perda de quadros e com autonomia suficiente para gravação ininterrupta das ocorrências pelo período previsto no projeto/contrato; | | ▪ Tempo contínuo – Gravação ininterrupta 24 (vinte e quatro) horas por dia; | | ▪ Detecção de Movimento; | | ▪ Agendamento; | | ▪ Gravação inteligente distribuindo automaticamente a quantidade de frames que cada câmera necessita, fazendo com que as imagens tornem-se mais detalhadas mediante algum evento, otimizando a utilização do espaço para o armazenamento de dados; | | ▪ Gerar relatórios e logs do sistema de CFTV; | | ▪ Suportar DDNS; | | ▪ Permitir a gravação de imagens em servidores via rede; | | ▪ Capacidade para receber para vários monitores de vídeo (telas); | | ▪ Capacidade de exportação de imagens em formato .avi e outros formatos; | | ▪ Capacidade de reprodução simultânea de várias câmeras; | | ▪ Capacidade de configurar grupos de e-mails para o envio de avisos de ocorrências; | | ▪ O software deverá possuir licença de visualização e gravação para ao menos 8 câmeras, independente da licença de gravação e gerenciamento, possibilitando, assim, a expansão do sistema por etapas. | |
| II.3.2.2.L | | Licença/Pack – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | |  | | --- | | ▪ Licença (Pack) para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras, independente da licença de gravação e gerenciamento, possibilitando, assim, a expansão do sistema por etapas; | | ▪ Gravar e transmitir imagens em HD; | | ▪ Possui matriz virtual que permite reposicionar as imagens do plano de visualização; | | ▪ Exporta os vídeos em AVI; | | ▪ Exportar arquivos em Modo FTP. | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **II.5 – Prestação de Serviços de Acessórios, Conversores e Dispositivos para CFTV Convencional (Digital)** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.5.1 – Locação de Acessórios de CFTV (Digital)/IP** | | |
| II.5.1.1.L | TV LCD ou LED 42” | |  | | --- | | ▪ Tela de LCD ou LED; | | ▪ Tipo de interface: resolução Full HD 1920 x 1080. | |
| II.5.1.9.L | Bandeja para rack 19” | |  | | --- | | ▪ Bandeja para o suporte e fixação de equipamentos em rack fechado padrão metálico de 19”; | | ▪ Preparado para ventilação dos equipamentos. | |
| II.5.1.10.L | Barra de Tomadas para rack 19” | ▪ Régua de 6 Tomadas para rack 15 amperes 110 V, 2200 Watts / 220 V 4400 Watts. |
| **II.5.4 – Locação de Acessórios de CFTV IP - PoE** | | |
| II.5.4.3.L | Switch com 48 portas 10/100/1000 Mbps - PoE | |  | | --- | | ▪ Número de portas: 48; | | ▪ Padrão rack 19"; | | ▪ Velocidade de operação mínima de 100/1000 Mbps; | | ▪ Padrão: IEEE802, Mid-Spae outros; | | ▪ Fonte: 100 -240 VAC; | | ▪ Permitir alimentação PoE de 48 equipamentos em rede. | |
|  | | |
| **II.7 – Prestação de Serviços de Câmeras de CFTV Sistema IP** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.7.2 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD)** | | |
| II.7.2.4.L | Câmera bullet/dome – antivandalismo – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | |  | | --- | | ▪ Resolução Full HD (2 a 3 Megapixel); | | ▪ Sistema operacional: Linux embarcado; | | ▪ Case tipo bullet/dome com proteção anti-UV; | | ▪ Compressão de vídeo: H.264; | | ▪ Conectividade: Interface: RJ45 (10/100 BASE-T); alimentação: conector P4 fêmea; | | ▪ Onvif: Sim; | | ▪ Serviços DDNS: No-IP e DynDNS; | | ▪ Operação remota: monitoramento, configuração total do sistema, informações sobre registros da câmera, atualização de firmware; | | ▪ Configuração de nível de acesso: acesso a múltiplos usuários (máximo 5) com proteção por senha; | | ▪ Alimentação: 12 VDC; | | ▪ Índice de proteção IK10. | |
| **II.7.5 – Locação de Câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) - PoE** | | |
| II.7.5.3.L | Câmera bullet/dome com IR – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) PoE | |  | | --- | | ▪ Resolução Full HD (2 a 3 Megapixel); | | ▪ Sistema operacional: Linux embarcado; | | ▪ Case tipo bullet/dome com proteção anti-UV; | | ▪ Compressão de vídeo: H.264; | | ▪ Conectividade: Interface: RJ45 (10/100 BASE-T); alimentação: conector P4 fêmea; | | ▪ Protocolos e serviços suportados: TCP/IP, IPv4, DHCP, DNS, RTSP, Filtro IP, DDNS, SMTP, TLS, FTP, NTP, ONVIF; | | ▪ Serviços DDNS: No-IP e DynDNS; | | ▪ Operação remota: monitoramento, configuração total do sistema, informações sobre registros da câmera, atualização de firmware; | | ▪ Configuração de nível de acesso: acesso a múltiplos usuários (máximo 5) com proteção por senha; | | ▪ Alimentação: 12 VDC PoE; | | ▪ Lente varifocal. | |
| **II.8 – Prestação de Serviços de Postes Galvanizados** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.8.1 – Locação de Acessórios de CFTV (Digital)/IP** | | |
| II.8.1.2.L | Poste Galvanizado de 3 metros | |  | | --- | | ▪ Poste em aço galvanizado a fogo para instalação de câmeras do tipo Speed dome ou fixa, com 3 metros de altura. | |
|  | | |
| **II.10 – Prestação de Serviços de Manutenção de CFTV** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **II.10.1 – Manutenção de CFTV Convencional, IP e IP – PoE** | | |
| II.10.1.3.M | Manutenção de Sistema de CFTV-IP com 16 câmeras IP | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |
| II.10.1.5.M | Manutenção de Sistema de CFTV-IP com 16 câmeras IP PoE | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |
| II.10.1.6.M | Manutenção de Sistema de CFTV-IP com 16 câmeras IP PoE – Valor de Câmera Adicional | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |

**NOTAS:**

1. O sistema de leitura para acesso nas catracas deverá prever opção de leitura do código QR-CODE, tanto nas carteiras de identidade funcional físicas, quanto nas carteiras virtuais através de aplicativo para acesso de integrantes do MPSP.
2. As catracas deverão possibilitar o acesso bidirecional, ou seja, a mesma catraca poderá ser utilizada para entrada e saída.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **III.2 – Prestação de Serviços de Sistemas Não Monitorados** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **III.2.1 – Locação de Central de Alarme de Sistema Não Monitorado** | | |
| III.2.1.1.L | Central de alarme não monitorado (Painel 01 a 08 zonas) | |  | | --- | | ▪ Zonas programáveis como: instantânea, 24 horas (audível ou não), seguidora nos retardos de entrada e/ou saída e zona inteligente; | | ▪ Reconhecimento de tamper programável; | | ▪ Aviso sonoro na sirene de arme e desarme programável (on/off); | | ▪ Aviso sonoro no teclado de problemas programável (on/off); | | ▪ Bipe no tempo de entrada e/ou saída programável (on/off); | | ▪ Aviso sonoro de alarme no teclado programável (on/off); | | ▪ Saídas programáveis por horário ou evento (arme, desarme, abertura de zona, etc.); | | ▪ Supervisão de corte de linha; | | ▪ Arme por controle remoto programável (total ou parcial). | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **III.3 – Manutenção de Sistema de Central de Alarme Monitorado e Não Monitorado** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **III.3.1 – Serviços de Manutenção de Sistemas de Alarme** | | |
| III.3.1.5.M | Manutenção de sistema de alarme para painel de 01 a 08 zonas não monitorados | |  | | --- | | ▪ Manutenção corretiva e preventiva; | | ▪ Transporte e deslocamento; | | ▪ Reposição de peças. | |
|  | | |
| **III.4 – Prestação de Serviços de Sensores e Acessórios** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **III.4.1 – Locação de Sensores e Acessórios** | | |
| III.4.1.17.L | Sensor com micro-ondas com fio – cobertura 15m | |  | | --- | | ▪ Área de detecção até 15 metros, método de detecção com IVP e MW, proteção contra intempéries e insetos e tamper. | |
|  | | |
| **V.3 – Prestação de Serviços de Proteção Perimetral** | | |
| **Código do Serviço** | **Descrição do Serviço** | **Recursos Técnicos Mínimos** |
| **V.3.1 – Locação de Proteção Perimetral** | | |
| V.3.1.1.L | Proteção Perimetral Helicoidal | |  | | --- | | ▪ Formado por lâminas em espirais. Material em aço inox, diâmetro de 0,50 mm, arame nº 18, espaço de 25 cm entre as espiras, hastes de fixação a cada 2 m, placas de advertência em PVC instaladas a cada 6 m. | |
| V.3.1.2.L | Refletor com Sensor de Presença 300 W a 500 W - Bivolt | |  | | --- | | ▪ Ao detectar qualquer movimento, acende automaticamente, voltagem de 127 a 220 V (bivolt) dependendo da voltagem da lâmpada utilizada, varredura de 180°, possui ajuste de tempo de 5 segundos a 6 minutos aproximadamente, possui sensor com ajuste de luminosidade e sensibilidade, pode ser ajustado para acendimento somente à noite. | |
| V.3.1.3.L | Cerca Elétrica de Proteção Perimetral (metro linear) | |  | | --- | | ▪ Sistema de alarme de alto efeito psicológico, também denominado choque moral, formado por fios de aço energizados com altíssima tensão elétrica e baixíssima amperagem (Máximo: 0,002A); | | ▪ Choque pulsativo aplicado a cada 1,2 segundos ou 50 pulsos/minuto, com duração de um milésimo de segundo. Alarme quando os fios são tocados ou rompidos; | | ▪ Complementam o equipamento: central eletrificadora de 8.000 V, hastes maciças em alumínio para quatro isoladores a cada 2 m, fio de aço inox de alta resistência, cabo de alta isolação, placa de alerta e/ou advertência para repuxo automático (1 par por fio a cada 3 hastes) e bateria com autonomia de 6 horas. | |

1. **OUTRAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

Em complemento às condições expostas neste memorial e respectivo edital, bem como cumprimento das suas obrigações contratuais e decorrentes das normas regulamentares ou legais, constituem obrigações específicas da CONTRATADA para a prestação dos serviços de Vigilância Eletrônica referente Sistemas de Controle de Acesso, CFTV, Alarmes e Complementares:

* 1. Iniciar, imediatamente após o recebimento de autorização do MPSP, a prestação dos serviços, no tempo previsto, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir o serviço conforme o estabelecido.
  2. Apresentar, antes do início das atividades a serem realizadas nas dependências do MPSP, a relação do pessoal a ser alocado nos respectivos serviços, com dados pessoais de identificação, mantendo-a rigorosamente atualizada, se for o caso. A critério do MPSP, podem ser, ainda, solicitados documentos complementares, tais como documentação comprobatória de idoneidade e de qualificação profissional dos profissionais que trabalharão nas dependências do MPSP, Carteira Profissional, Carteira de Saúde e ficha individual completa, na qual constarão todos os elementos necessários à perfeita identificação de cada profissional. Apresentar, quando solicitado, comprovantes de pagamentos de benefícios e Encargos Sociais e Trabalhistas.
  3. Comunicar ao MPSP, com antecedência mínima de 10 (dez) dias, a substituição de qualquer membro da equipe durante a execução dos serviços, se for o caso.
  4. Manter, durante o serviço nas dependências do MPSP, seus empregados asseados e com aparência adequada, devidamente uniformizados, portando, à altura do peito, identificação com seu nome, função e o nome da CONTRATADA, não sendo admitidos uniformes incompletos, sujos ou com mau aspecto.
  5. Selecionar e treinar rigorosamente seus empregados, observando qualidades tais como polidez, discrição e aparência, tanto para lidar com o público, ficando a CONTRATADA, para todos os efeitos legais e administrativos, responsável perante o MPSP e terceiros pelos atos e omissões por eles praticados no desempenho de suas funções.
  6. Assumir de forma integral e ilimitada a vinculação trabalhista exclusiva dos seus empregados no desempenho dos serviços objeto deste contrato, respondendo por todo e qualquer ônus suportado pelo MPSP decorrente de eventual condenação em demanda trabalhista proposta por seus empregados, autorizando, desde já, a retenção dos valores correspondentes aos créditos existentes deste contrato e de outros porventura existentes entre as partes e, inclusive, da garantia contratual.
  7. Prestar, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPSP, cujas reclamações se obriga prontamente a atender, designando um representante ou preposto com poderes para tratar com o MPSP.
  8. Instruir a mão de obra que venha a prestar serviços nas dependências do MPSP ou que venha a manter contato direto com seus integrantes ou prestadores de serviços quanto às necessidades de acatar as orientações do preposto do MPSP, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas.
  9. Permitir ao MPSP a fiscalização, vistoria dos serviços e o acesso às suas dependências, bem como prestar, quando solicitadas, informações visando ao bom andamento dos serviços.
  10. Providenciar, imediatamente após o recebimento de solicitação do MPSP, o afastamento de qualquer empregado ou preposto que embarace a fiscalização ou que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem atribuídas, ou, ainda, aquele que, a critério do MPSP, não esteja habilitado e/ou qualificado para a prestação dos serviços.
  11. Assegurar ao MPSP o direito de fiscalizar, sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço que não esteja de acordo com a técnica atual, normas ou especificações e que atentem contra a sua segurança ou a de terceiros, ficando certo que, em nenhuma hipótese, a falta de fiscalização do MPSP eximirá a CONTRATADA de suas responsabilidades provenientes do contrato.
  12. Atender de imediato às reclamações do MPSP sobre a execução do serviço. No caso de recusa ou demora por parte da CONTRATADA de atendimento a qualquer reclamação do MPSP, poderá este confiar a outrem a execução dos serviços reclamados, às expensas da CONTRATADA, cujas despesas serão descontadas, de uma só vez quando do pagamento mensal subsequente devido pelo MPSP, não cabendo impugnação de seu valor e sem prejuízo das penalidades cabíveis.
  13. Controlar a frequência dos empregados que venham a prestar serviços nas dependências do MPSP, responsabilizando-se pela fiscalização diária dos mesmos, inclusive no período noturno e especialmente nos horários de substituição dos plantonistas, que em nenhuma hipótese poderão se retirar dos prédios portando volumes ou objetos sem a devida autorização.
  14. Operar e agir com organização completa, fornecendo a mão de obra necessária à execução dos serviços objeto do contrato, realizando, também, todas as atividades inerentes à direção, coordenação, fiscalização, administração e execução dos serviços.
  15. Conduzir seus trabalhos em harmonia com as atividades do MPSP, de modo a não causar transtornos ao andamento normal dos serviços e dos horários estabelecidos em normas internas, nem quaisquer ônus relativos ao uso de recursos materiais ou humanos.
  16. Executar os serviços obedecendo às técnicas apropriadas e com emprego de mão de obra especializada, de materiais e técnica de primeira qualidade, observando orientação do MPSP.
  17. Responsabilizar-se por quaisquer irregularidades, ainda que resultantes de imperfeições técnicas ou vícios preexistentes nos equipamentos, os quais não implicam em corresponsabilidade do MPSP ou de seus agentes ou prepostos, sendo que a regular fiscalização dos serviços pelo MPSP não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA.
  18. Manter disponibilidade de pessoal em níveis que permitam atender a eventuais acréscimos solicitados pelo MPSP, bem como impedir que a mão de obra que cometer falta disciplinar qualificada, como de natureza grave, seja mantida ou retorne às instalações do MPSP.
  19. Fornecer obrigatoriamente convênio médico para assistência médica e hospitalar, vale-refeição e cesta básica aos seus empregados envolvidos na prestação dos serviços, nos valores e percentuais estabelecidos na convenção coletiva de trabalho;
  20. Apresentar, quando solicitado, os comprovantes de pagamentos de benefícios e encargos;
  21. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou com mal súbito;
  22. Responsabilizar-se pela execução dos serviços contratados, obrigando-se a reparar, exclusivamente às suas custas e dentro dos prazos estabelecidos, todos os defeitos, erros, falhas, omissões e quaisquer outras irregularidades verificadas na execução dos serviços, indenizando o MPSP por qualquer dano ou prejuízo decorrente desses defeitos, erros, falhas, omissões ou irregularidades. Na hipótese de verificação de furtos ou roubos, a CONTRATADA ficará obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias, contados a partir da conclusão da apuração de sua responsabilidade, que se fará em processo específico. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a Administração reserva-se o direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês ou promover a rescisão do contrato com base no art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93, sem prejuízo da cobrança administrativa ou judicial do débito.
  23. Indicar os terceiros subcontratados, para os segmentos do serviço em que for permitida a subcontratação, não transferindo a outrem, no todo ou em parte, a execução dos demais serviços contratados.
  24. Arcar exclusivamente com todos os custos relativos à realização completa do serviço contratado, encarregando-se do respectivo custo de toda a mão de obra e demais insumos necessários ao cumprimento do contrato.
  25. Assumir o ônus pelo recolhimento de todos os impostos, taxas, tarifas, contribuições ou emolumentos federais, estaduais e municipais, seguro de acidente do trabalho, que incidam ou venham a incidir sobre os serviços objeto do Contrato, apresentando os comprovantes, quando solicitados pelo MPSP.
  26. Assumir todas as responsabilidades legais, danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios da CONTRATADA, seja por atos de seus operários ou prepostos, sem que isso venha a reduzir o direito do MPSP de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos trabalhos contratados, por meio do responsável designado para este fim.
  27. Garantir, quando couber, que, na ocorrência de mudança de local antes do início da instalação do sistema, ficará obrigada a executá-lo em novos endereços, desde que estes se localizem dentro da área do município em que se localiza o endereço original.
  28. Relatar ao gestor do contrato toda e qualquer irregularidade observada nos locais de prestação do serviço e que possam representar risco ao patrimônio, à documentação, aos integrantes do MPSP e terceiros.
  29. Sugerir ao gestor do contrato eventuais alterações nos pontos de instalação dos equipamentos ou acessórios e procedimentos previstos no projeto básico.
  30. Registrar a competente ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de qualquer atividade que envolva os serviços de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e equipamentos correlatos, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA).
  31. Indicar um supervisor para realizar periodicamente, em conjunto com o MPSP, o acompanhamento técnico das atividades, visando a qualidade da prestação dos serviços.
  32. Manter em sigilo, sob as penalidades da lei, dados e informações de propriedade do MPSP, a menos que expressamente autorizada pela mesma por escrito.
  33. Manter os veículos envolvidos indiretamente na execução dos serviços, como no apoio e supervisão dos serviços, movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando a redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera preferencialmente movidos a álcool (etanol) ou gás natural veicular (GNV). Não há previsão de vagas para estacionamento no interior do imóvel.
  34. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao MPSP ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade, a fiscalização do MPSP em seu acompanhamento.
  35. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições que culminaram em sua habilitação.
  36. Executar rotinas de manutenção preventiva a cada três meses e manutenção corretiva sempre que for necessário mantendo sempre em funcionamento o sistema de vigilância eletrônica contratado.
  37. Apresentar a cada rotina de manutenção preventiva e corretiva, relatório de manutenção onde deverão constar a data da manutenção, itens verificados, anomalias encontradas, medidas corretivas adotadas (quando for o caso), peças ou equipamentos substituídos nome do técnico responsável pela manutenção.

1. **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO MPSP**
   1. Indicar formalmente o gestor e/ou o fiscal para acompanhamento da execução contratual.
   2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, verificando se, no desenvolvimento dos trabalhos, estão sendo cumpridos os serviços e as especificações previstos no edital e termo de referência, proposta e contrato de forma satisfatória e documentando as ocorrências havidas.
   3. Comunicar a falta de cumprimento das obrigações ao encarregado da CONTRATADA e, se necessário, ao supervisor da área, para que as falhas possam ser corrigidas a tempo.
   4. Estabelecer no início do contrato as rotinas para o cumprimento do objeto, tais como a ordem e os horários em que deverão ser realizados os serviços, efetuando periodicamente eventual reprogramação dos serviços a serem executados pela CONTRATADA e, em caso de alterações, fazer a devida comunicação com antecedência.
   5. Proporcionar à CONTRATADA as facilidades necessárias a fim de que possa desempenhar normalmente os serviços contratados, tais como: designar local para guardar os materiais e equipamentos, local para vestiário e refeições para os empregados da CONTRATADA, além de fornecer crachá para acesso às dependências do imóvel.
   6. Prestar à CONTRATADA e a seus representantes e funcionários, todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados e indicar as áreas onde os serviços serão executados.
   7. Convocar a CONTRATADA para reuniões, sempre que necessário.
   8. Encaminhar a liberação de pagamento das faturas da prestação de serviços aprovadas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados pela CONTRATADA, no prazo pactuado, mediante as notas fiscais/faturas, devidamente atestadas, comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e endereço de cobrança.
   9. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do Contrato, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações do mesmo.
   10. Receber, avaliar, validar e anexar aos processos da contratação dos serviços os Memoriais Descritivos, Diagramas de Instalação, Catálogos dos Equipamentos, Projeto executivo e *AS-BUILT*, bem como os relatórios de manutenção preventiva e corretiva.
2. **FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DO FORNECIMENTO**

Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao MPSP é reservado o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

* 1. A fiscalização do MPSP terá livre acesso aos locais de execução do serviço.
  2. O MPSP exercerá a fiscalização dos serviços contratados, de modo a assegurar o efetivo cumprimento da execução do escopo contratado, cabendo, também a ele, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pela CONTRATADA, efetivando avaliação periódica.
  3. O MPSP ordenará a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionário da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embaraçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.
  4. O MPSP executará a medição dos serviços contratados, descontando do valor devido, o equivalente à indisponibilidade dos serviços contratados e por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas em contrato.
  5. O MPSP poderá utilizar o Procedimento de Avaliação da Qualidade dos Serviços de Vigilância Eletrônica, anexo, de pleno conhecimento das partes, para o acompanhamento do desenvolvimento dos trabalhos, medição dos níveis de qualidade e correção de rumos.

1. **PRAZOS DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO PARA SISTEMA DE CONTROLE DE ACESSO

|  |  |
| --- | --- |
| **INDICADOR** | **PERÍODO – NÍVEL DE SERVIÇO** |
| Prazo de instalação (dias úteis) | 10 a 20 dias |
| Manutenção preventiva | Trimestral |
| Manutenção corretiva | Até 4 horas após a identificação da falha |
| Periodicidade de entrega dos backups dos bancos de dados | 12 meses |
| Garantia mínima dos equipamentos | 12 meses |

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO PARA SISTEMA DE CFTV

|  |  |
| --- | --- |
| **INDICADOR** | **PERÍODO – NÍVEL DE SERVIÇO** |
| Prazo de instalação (dias úteis) | 20 a 45 dias |
| Manutenção preventiva | Trimestral |
| Manutenção corretiva | Até 4 horas após a identificação da falha |
| Garantia mínima dos equipamentos | 12 meses |

PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO PARA SISTEMA DE ALARMES

|  |  |
| --- | --- |
| **INDICADOR** | **PERÍODO – NÍVEL DE SERVIÇO** |
| Prazo de instalação (dias úteis) | 5 a 10 dias |
| Manutenção preventiva | Trimestral |
| Manutenção corretiva | Até 4 horas após a identificação da falha |
| Garantia mínima dos equipamentos | 1. meses |

**ANEXO I.2.**

## TABELA DE LOCAIS E EQUIPAMENTOS

**1. RELAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS E DOS RESPECTIVOS LOCAIS**

|  |
| --- |
| **UNIDADE** |
| **Ministério Público do Estado de São Paulo – Presidente Prudente, SP** |
| **ENDEREÇO** |
| **Avenida Brasil, nº 494 - Presidente Prudente, SP - Cep.: 19015-030** |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (Locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtde.** |
|
| **CATEGORIA I – CONTROLE DE ACESSO** | | | |
| Locação de Catracas | I.1.1.1.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída | 2,00 |
| I.1.1.2.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes | 1,00 |
| I.1.1.4.L | Catraca tipo pedestal – portadores de necessidades especiais e cofre coletor de cartões para visitantes | 1,00 |
| I.1.1.7.L | Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos | 5,00 |
| Locação de Controle de Acesso Stand alone | I.3.1.2.L | Módulo de controle de acesso por senha para portas | 2,00 |
| Locação de gerenciador via software | I.3.2.1.L | Placa controladora de porta | 1,00 |
| Locação de Fechaduras – Controle de Acesso | I.3.3.2.L | Fechadura eletromagnética (até 150 kgf) | 2,00 |
| Locação de Cartões – Controle de Acesso | I.4.1.1.L | Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades) | 5,00 |
| Locação de dispositivos de controle de funcionários/visitantes | I.5.1.1.L | Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes | 1,00 |
| Locação de Central de Controle de Acesso e Software | I.6.1.1.L | Central/Servidor de controle de acesso para até 4 pontos | 1,00 |
| I.6.1.3.L | Adicional para central/servidor de controle de acesso | 1,00 |
| Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web | I.8.1.1.M | Manutenção de Sistema de Controle de Acesso – Catracas, Cancelas e Portas | 1,00 |
| I.8.1.2.M | Manutenção de Central/Servidor e Sistema base web de Controle de Acesso | 1,00 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (Locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtde.** |
|
| **CATEGORIA II – CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)** | | | |
| Locação de central de monitoramento local – Sistema/IP | II.3.1.2.L | NVR stand alone | 2,00 |
| Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV | II.3.2.1.L | Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 1,00 |
| II.3.2.2.L | Licença/Pak – expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 2,00 |
| Locação de acessórios de CFTV (Digita)/IP | II.5.1.1.L | TV LCD ou LED 42” | 3,00 |
| II.5.1.9.L | Bandeja para rack 19” | 1,00 |
| II.5.1.10.L | Barra de tomadas para rack 19” | 1,00 |
| Locação de acessórios de CFTV IP – PoE | II.5.4.3.L | Switch om 48 portas 10/100/1000 Mbps – PoE | 1,00 |
| Locação de câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | II.7.2.4.L | Câmera bullet/dome – antivandalismo – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | 8,00 |
| Locação de câmera – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) – PoE | II.7.5.3.L | Câmera bullet/dome com IR – IP 2 a 3 Megapixel (full HD) PoE | 19,00 |
| Locação de postes galvanizados a quente | II.8.1.2.L | Poste galvanizado de 3 metros | 7,00 |
| Manutenção de CFTV convencional, IP e IP – PoE | II.10.1.3.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras | 1,00 |
| II.10.1.5.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras | 1,00 |
| Manutenção de CFTV convencional, IP e IP – PoE | II.10.1.6.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras – Valor da câmera adicional | 3,00 |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (Locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtde.** |
|
| **CATEGORIA III – ALARMES** | | | |
| Locação de Centrais de Alarme de Sistema Não Monitorado | III.2.1.1.L | Central de alarme não monitorado I (Painel 01 a 08 zonas) | 1,00 |
| Serviços de manutenção de sistemas de alarme | III.3.1.5.M | Manutenção de sistema de alarme para painel de 01 a 08 zonas não monitoradas | 1,00 |
| Locação de Sensores e Proteção Perimetral | III.4.1.17.L | Sensor com micro-ondas com fio – cobertura 15m | 1,00 |
|  | | | |
| **Subgrupo dos serviços (Locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtde.** |
|
| **CATEGORIA V – COMPLEMENTARES** | | | |
| Locação de Proteção Perimetral | V.3.1.1.L | Proteção perimetral helicoidal **(metro linear)** | 140,00 |
| V.3.1.2.L | Refletor com sensor de presença 300 W a 500 W – bivolt | 5,00 |
| V.3.1.3.L | Cerca elétrica de proteção perimetral **(metro linear)** | 140,00 |

**ANEXO II**

# MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtd.** | **Mensal** | |
| **Valor unitário** | **Valor total** |
| **CATEGORIA I - CONTROLE DE ACESSO** | | | | | |
| **Locação de Catracas** | I.1.1.1.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída | 2,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.2.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visistantes | 1,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.4.L | Catraca tipo pedestal - portadores de necessidades especiais e cofre coletor de cartões para visitantes | 1,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.7.L | Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos | 5,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Controle de Acesso Stand alone** | I.3.1.2.L | Módulo de controle de acesso por senha para portas | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de gerenciador via software** | I.3.2.1.L | Placa controladora de porta | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Fechaduras - Controle de Acesso** | I.3.3.2.L | Fechadura eletromagnética (até 150 kgf) | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Cartões - Controle de Acesso** | I.4.1.1.L | Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades) | 5,00 | R$ | R$ |
| **Locação de dispositivos de controle de funcionários/ visitantes** | I.5.1.1.L | Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Central de Controle de Acesso e Software** | I.6.1.1.L | Central/Servidor de controle de acesso para até 4 pontos | 1,00 | R$ | R$ |
| I.6.1.3.L | Adicional para central/servidor de controle de acesso | 1,00 | R$ | R$ |
| **Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web** | I.8.1.1.M | Manutenção de Sistema de Controle de Acesso - Catracas, Cancelas e Portas | 1,00 | R$ | R$ |
| I.8.1.2.M | Manutenção de Central/Servidor e Sistema base web de Controle de Acesso | 1,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - CONTROLE DE ACESSO** | | | | | **R$** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA II - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)** | | | | | |
| **Locação de central de monitoramento local - Sistema/IP** | II.3.1.2.L | NVR stand alone | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV** | II.3.2.1.L | Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.3.2.2.L | Licença/Pak - expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de acessórios de CFTV (Digital)/IP** | II.5.1.1.L | TV LCD ou LED 42" | 3,00 | R$ | R$ |
| II.5.1.9.L | Bandeja para rack 19" | 1,00 | R$ | R$ |
| II.5.1.10.L | Barra de Tomadas para Rack 19" | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de acessórios de CFTV IP - PoE** | II.5.4.3.L | Switch com 48 portas 10/100/1000 Mbps - PoE | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD)** | II.7.2.4.L | Câmera bullet/dome - antivandalismo - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | 8,00 | R$ | R$ |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) - PoE** | II.7.5.3.L | Câmera bullet/dome com IR - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) PoE | 19,00 | R$ | R$ |
| **Locação de postes galvanizados a quente** | II.8.1.2.L | Poste galvanizado de 3 metros | 7,00 | R$ | R$ |
| **Manutenção de CFTV convencio-nal, IP e IP-PoE** | II.10.1.3.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.10.1.5.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.10.1.6.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras - Valor da câmera adicional | 3,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - CFTV** | | | | | **R$** |
| **CATEGORIA III - ALARMES** | | | | | |
| **Locação de Centrais de Alarme de Sistema Não Monitorado** | III.2.1.1.L | Central de alarme não monitorado I (Painel 01 a 08 zonas) | 1,00 | R$ | R$ |
| **Serviços de manutenção de sistemas de alarme** | III.3.1.5.M | Manutenção de sistema de alarme para painel de 01 a 08 zonas não monitoradas | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Sensores e Proteção Perimetral** | III.4.1.17.L | Sensor com microondas com fio - cobertura 15m | 1,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - ALARMES** | | | | | **R$** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA V.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PERIMETRAL** | | | | | |
| **Locação de Proteção Perimetral** | V.3.1.1.L | Proteção perimetral helicoidal **(metro linear)** | 140,00 | R$ | R$ |
| V.3.1.2.L | Refletor com sensor de presença 300 W a 500 W - bivolt | 5,00 | R$ | R$ |
| V.3.1.3.L | Cerca elétrica de Proteção Perimetral **(metro linear)** | 140,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - PROTEÇÃO PERIMETRAL** | | | | | **R$** |
| **TOTAL GERAL MENSAL** | | | | | **R$** |
| **TOTAL GERAL – 30 MESES** | | | | | **R$** |

- Mês de referência dos preços: \_\_\_\_**/2019.**

- Validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

**ANEXO III**

# MODELOS DE DECLARAÇÕES

**ANEXO III.1**

## MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.1. DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Nome completo: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ CPF nº:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**DECLARO,** sob as penas da Lei, que a licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP:**

**a)** está em situação regular perante o Ministério do Trabalho no que se refere a observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7.º da Constituição Federal, na forma do Decreto Estadual nº. 42.911/1998;

**b)** não possui impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, inclusive em virtude das disposições da Lei Estadual n° 10.218/1999; e

**c)** cumpre as normas de saúde e segurança do trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual.

**d)** atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei Federal nº 6.019/1974, com redação dada pela Lei Federal nº 13.467/2017.

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:***  *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO III.2**

## DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA E ATUAÇÃO CONFORME AO MARCO LEGAL ANTICORRUPÇÃO

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019**, **Processo n° 400/2019-DG/MP**, **DECLARO,** sob as penas da Lei, especialmente o artigo 299 do Código Penal Brasileiro, que:

**a)** a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

**b)** a intenção de apresentar a proposta não foi informada ou discutida com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

**c)** o licitante não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório;

**d)** o conteúdo da proposta apresentada não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro licitante ou interessado, em potencial ou de fato, no presente procedimento licitatório antes da adjudicação do objeto;

**e)** o conteúdo da proposta apresentada não foi, no todo ou em parte, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante relacionado, direta ou indiretamente, ao órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e

**f)** o representante legal do licitante está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

**DECLARO**, ainda, que a pessoa jurídica que represento conduz seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e a prática de quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, em atendimento à Lei Federal nº 12.846/ 2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, tais como:

**I –** prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II –** comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

**III –** comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV –** no tocante a licitações e contratos:

**a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

**b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

**e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos

celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos

respectivos instrumentos contratuais; ou

**g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**V –** dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*OBS: Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver*.

**ANEXO III.3**

## DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(em papel timbrado da licitante)

|  |
| --- |
| **ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.3. DO EDITAL.** |

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP**, **DECLARO,** sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:*** *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO III.4**

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO COOPERATIVA QUE PREENCHA AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO ART. 34, DA LEI FEDERAL Nº 11.488/2007**

(em papel timbrado da licitante)

|  |
| --- |
| **ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR LICITANTES QUE SEJAM COOPERATIVAS, NOS TERMOS DO ITEM 4.1.4.4. DO EDITAL.** |

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP**, **DECLARO**, sob as penas da Lei, que:

1. O Estatuto Social da cooperativa encontra-se adequado à Lei Federal nº 12.690/2012;
2. A cooperativa aufere Receita Bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar Federal n° 123/2006, a ser comprovado mediante Demonstração do Resultado do Exercício ou documento equivalente;

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:*** *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO III.5**

## MODELO A QUE SE REFERE O ITEM 4.1.4.6 DO EDITAL

(em papel timbrado da licitante)

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP,** **DECLARO,** sob as penas da Lei, que me comprometo a apresentar, por ocasião da celebração do contrato, a relação dos profissionais (função, especialidade e quantidade) que irão compor a equipe de execução dos trabalhos e a indicação do responsável técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos, **necessariamente engenheiro** com habilitação legal na especialidade que compõe o escopo principal da futura contratação, sendo que engenheiro(s) indicado(s) não registrado(s) no Estado de São Paulo deverá(ão) apresentar Certidão de Registro do profissional visada(s) pelo CREA-SP – 6ª Região, autorizando-o(s) ao exercício da atividade nesta Região, nos termos do artigo 58 da Lei Federal no 5.194/66.

Declaro ainda que o(s) profissional(is) que será(ão) indicado(s), por ocasião da celebração do contrato, fará(ão) parte de meu quadro permanente na condição de empregado; sócio, diretor, ou empresário com contrato de prestação de serviços.

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:***  *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO III.6**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PARENTESCO**

**DECLARO**, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa .............................. (denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº ......................................, não se enquadra em nenhuma das hipóteses de vedações previstas na Resolução nº 37, de 28 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial nos artigos 3º e 4º e alterações posteriores.

Representante: ........................

RG nº: ........................................

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:*** *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO III.7**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES PÚBLICAS**

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome completo), representante legal da empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (nome da pessoa jurídica), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019**, **Processo n° 400/2019-DG/MP,** do Ministério Público do Estado de São Paulo, **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações, promovidas por Órgãos ou Entidades Públicas, inclusive por proibição temporária de contratar com o Poder Público, nos termos do artigo 10, da Lei nº 9.605/98.

São Paulo, \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Nome/assinatura do representante legal)

***OBS:*** *Este documento deverá ser redigido em papel timbrado da empresa. Quando a empresa licitante não possuir papel timbrado, deverá fazer a sua identificação na folha com, no mínimo, a razão social, número do C.N.P.J., endereço, telefone, e-mail e número do FAX, se houver.*

**ANEXO IV**

**Ato (N) nº 308/03 - PGJ, de 18 de março de 2003**

(Pt. nº 16.382/03)

Estabelece normas para a aplicação de multas previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, no âmbito do Ministério Público do Estado de São Paulo e dá providências correlatas.

O **Procurador-Geral de Justiça,** no uso de suas atribuições previstas no artigo 19, inciso IX, alínea "a", da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993,

Considerando o que estabelece o artigo 115 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações,

Considerando a necessidade de se adaptar a atual norma sobre aplicação de multas no âmbito deste Ministério Público,

**Resolve:**

**Artigo 1º -** A sanção administrativa de multa prevista na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações, e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989, será aplicada, no âmbito deste Ministério Público, de acordo com as normas estabelecidas neste Ato.

**Artigo 2º -** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Ministério Público, ensejará a aplicação de multa correspondente de 40% (quarenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do respectivo ajuste, conforme previsto no edital.

**Artigo 3º -** O atraso injustificado na execução do serviço, obra ou fornecimento do material, sujeitará o contratado à multa de mora, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida, na seguinte conformidade:

**I -** de 1% (um por cento) ao dia, para atraso de até 30 (trinta) dias;

**II -** de 2% (dois por cento) ao dia, para atraso superior a 30 (trinta) dias, limitado a 45 (quarenta e cinco) dias;

**III -** atraso superior a 45 (quarenta e cinco) dias, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso, aplicando-se o disposto no artigo 6º.

**Artigo 4º -** O atraso será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil, de expediente da Instituição, subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega do material ou execução da obra ou do serviço, até o dia anterior à sua efetivação.

**Artigo 5º -** O material recusado ou serviço executado em desacordo com o estipulado, deverá ser substituído ou refeito no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da comunicação da recusa.

**Parágrafo único -** A não ocorrência da substituição ou nova execução dos serviços ensejará a aplicação da multa estabelecida no artigo 3º deste Ato, considerando-se a mora a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo fixado no "caput" deste artigo.

**Artigo 6º -** Pela inexecução total ou parcial dos serviços, obras ou fornecimento de materiais poderá ser aplicada multa:

**I -** de 20% (vinte por cento) a 100% (cem por cento), sobre o valor das mercadorias não entregues ou da obrigação não cumprida;

**II -** no valor correspondente à diferença de preço resultante da nova licitação ou contratação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

**§ 1º -** Na aplicação da multa a que se refere o inciso I deste artigo, levar-se-á em conta o tipo de objeto, o montante de serviço, obras ou materiais eventualmente executados ou entregues e os prejuízos causados à Instituição e a reincidência da contratada.

**§ 2º -** As penalidades previstas nos incisos I e II deste artigo são alternativas, prevalecendo a de maior valor.

**Artigo 7º -** O pedido de prorrogação do prazo para conclusão de obras, serviços ou para entrega de materiais, deverá ser encaminhado à Diretoria Geral e só será apreciado se apresentado antes do vencimento do prazo pactuado, devidamente justificado.

**Parágrafo único -** A unidade requisitante manifestar-se-á prévia e obrigatoriamente acerca da possibilidade de ser concedida a prorrogação ou da ocorrência de eventuais prejuízos.

**Artigo 8º -** A aplicação de multa prevista neste Ato será apurada em procedimento administrativo, assegurada a defesa prévia, que deverá ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**Artigo 9º** - Da aplicação da multa caberá recurso administrativo, que poderá ser interposto no Protocolo Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do § 4º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação.

**Artigo 10** - Decorridos 15 (quinze) dias da notificação da decisão definitiva, o valor da multa, aplicada após regular processo administrativo, será:

**I -** descontado da garantia prestada quando da assinatura do contrato ou instrumento equivalente;

**II -** descontado de pagamentos eventualmente devidos, quando não houver garantia ou esta for insuficiente; ou

**III -** recolhido por intermédio de guia de recolhimento específica, pela própria pessoa física ou jurídica multada, preenchendo-se o campo respectivo com o código nº 500, junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A.

**Parágrafo único -** Os valores provenientes das multas constituem receitas do Fundo Especial de Despesa do Ministério Público do Estado de São Paulo, nos termos do artigo 3º da Lei Estadual nº 10.332, de 21 de junho de 1999.

**Artigo 11 -** Decorridos 30 (trinta) dias da notificação da decisão definitiva de aplicação da multa e não tendo sido ela quitada, serão adotadas as medidas necessárias visando sua cobrança.

**Parágrafo único** - A atualização monetária da multa será efetuada, até a data de seu efetivo pagamento, com base no INPC - IBGE.

**Artigo 12 -** As sanções previstas neste Ato são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações e na Lei Estadual nº 6.544, de 22 de novembro de 1989.

**Artigo 13 -** O presente Ato deverá integrar, obrigatoriamente, como anexo, todos os instrumentos convocatórios de licitação, contratos ou equivalentes.

**Artigo 14** - As disposições constantes deste Ato aplicam-se, também, às contratações decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação.

**Artigo 15 -** Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Ato (N) 229/2000 - PGJ, de 03.03.2000.

----00----

**ANEXO V**

# MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

**PROCESSO nº 400/2019-DG/MP**

**PREGÃO ELETRÔNICO nº 098/2019**

**CONTRATO** **nº\_\_\_/2019**

*TERMO DE CONTRATO CELEBRADO ENTRE O* ***MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO*** *E \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, TENDO POR OBJETO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA JUNTO AO EDIFÍCIO QUE ABRIGA AS DEPENDÊNCIAS DO MPSP NA CIDADE DE PRESIDENTE PRUDENTE, SP.*

Aos \_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019, no edifício-sede do MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, situado na Rua Riachuelo, nº 115, CEP 01007-904, São Paulo, Capital, compareceram as partes, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, C.N.P.J. nº 01.468.760/0001-90, com sede nesta Capital, na Rua Riachuelo, nº 115, CEP nº 01007-904, neste ato representado pelo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro a empresa \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, C.N.P.J. nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, cidade de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, estado de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, neste ato representada pelo(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *(nome e cargo)*, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA** resolvem, em face da adjudicação efetuada no Pregão Eletrônico indicado em epígrafe, celebrar o presente TERMO DE CONTRATO, sujeitando-se às disposições previstas na Lei Federal nº 10.520/2002, no Decreto Estadual n° 49.722/2005 e, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993, do Decreto Estadual n° 47.297/2002 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

## CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente instrumento a contratação de empresa especializada para a implantação do sistema de Vigilância Eletrônica, contemplando-se a locação dos equipamentos (e materiais correlatos) de Controle de Acesso, CFTV, Alarmes e Proteção Perimetral, bem como a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de todo o aparato locado, nas dependências do imóvel ocupado pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, localizado na Avenida Brasil, nº 494, Presidente Prudente, SP,conforme detalhamento e especificações técnicas constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA e demais documentos constantes do processo administrativo em epígrafe.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia e qualidade requeridas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do objeto contratado deverá ter início **imediatamente** após autorização do MPSP, no local indicado no Termo de Referência, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas decorrentes e necessárias à sua plena e adequada execução, em especial as atinentes a seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E DAS PRORROGAÇÕES

O contrato terá vigência de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O prazo de vigência poderá ser prorrogado por sucessivos períodos, iguais ou inferiores, a critério da CONTRATANTE, até o limite de 60 (sessenta) meses, nos termos e condições permitidos pela legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A CONTRATADA poderá se opor à prorrogação de que trata o parágrafo anterior, desde que o faça mediante documento escrito, recepcionado pelo CONTRATANTE em até 90 (noventa) dias antes do vencimento do contrato ou de cada uma das prorrogações do prazo de vigência.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Eventuais prorrogações serão formalizadas mediante celebração dos respectivos termos de aditamento ao contrato, respeitadas as condições prescritas na Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A não prorrogação do prazo de vigência contratual por conveniência da CONTRATANTE não gerará à CONTRATADA direito a qualquer espécie de indenização.

**PARÁGRAFO QUINTO**

Dentre outras exigências, a prorrogação somente será formalizada caso os preços mantenham-se vantajosos para o CONTRATANTE e consistentes com o mercado, conforme pesquisa a ser realizada à época do aditamento pretendido.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Não obstante o prazo estipulado no *caput*, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita à condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada no Parágrafo Sexto desta Cláusula, a CONTRATADA não terá direito a qualquer espécie de indenização.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Por ocasião da formalização da prorrogação contratual, o CONTRATANTE aplicará aos preços unitários correspondentes a cada item de serviço os percentuais de desconto previstos no Volume 13 do CADTERC à época da contratação e que se encontram reproduzidos na tabela abaixo:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Percentual de desconto** |
|
| **CATEGORIA I - CONTROLE DE ACESSO** | | | | |
| **Locação de Catracas** | I.1.1.1.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída | 5,36% |
| I.1.1.2.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visitantes | 5,04% |
| I.1.1.4.L | Catraca tipo pedestal - portadores de necessidades especiais e cofre coletor de cartões para visitantes | 4,25% |
| I.1.1.7.L | Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos | 7,11% |
| **Locação de Controle de Acesso Stand**  **alone** | I.3.1.2.L | Módulo de controle de acesso por senha para portas | 37,04% |
| **Locação de gerenciador via software** | I.3.2.1.L | Placa controladora de porta | 10,92% |
| **Locação de Fechaduras - Controle de Acesso** | I.3.3.2.L | Fechadura eletromagnética (até 150 kgf) | 43,66% |
| **Locação de Cartões - Controle de Acesso** | I.4.1.1.L | Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades) | 24,80% |
| **Locação de dispositivos de controle de funcionários/ visitantes** | I.5.1.1.L | Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes | 1,70% |
| **Locação de Central de Controle de Acesso e Software** | I.6.1.1.L | Central/Servidor de controle de acesso para até 4 pontos | 1,38% |
| I.6.1.3.L | Adicional para central/servidor de controle de acesso | 43,32% |
| **Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web** | I.8.1.1.M | Manutenção de Sistema de Controle de Acesso - Catracas, Cancelas e Portas | 0,00% |
| I.8.1.2.M | Manutenção de Central/Servidor e Sistema base web de Controle de Acesso | 0,00% |
| **CATEGORIA II - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)** | | | | |
| **Locação de central de monitoramento local - Sistema/IP** | II.3.1.2.L | NVR stand alone | 3,75% |
| **Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV** | II.3.2.1.L | Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 5,26% |
| II.3.2.2.L | Licença/Pak - expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 26,64% |
| **Locação de acessórios de CFTV (Digital)/IP** | II.5.1.1.L | TV LCD ou LED 42" | 1,31% |
| II.5.1.9.L | Bandeja para rack 19" | 22,33% |
| II.5.1.10.L | Barra de Tomadas para Rack 19" | 30,43% |
| **Locação de acessórios de CFTV IP - PoE** | II.5.4.3.L | Switch com 48 portas 10/100/1000 Mbps - PoE | 0,64% |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD)** | II.7.2.4.L | Câmera bullet/dome - antivandalismo - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | 22,61% |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) - PoE** | II.7.5.3.L | Câmera bullet/dome com IR - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) PoE | 44,77% |
| **Locação de postes galvanizados a quente** | II.8.1.2.L | Poste galvanizado de 3 metros | 27,39% |
| **Manutenção de CFTV convencio-nal, IP e IP-PoE** | II.10.1.3.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras | 0,00% |
| II.10.1.5.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras | 0,00% |
| II.10.1.6.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras - Valor da câmera adicional | 0,00% |
| **CATEGORIA III - ALARMES** | | | | |
| **Locação de Centrais de Alarme de Sistema Não Monitorado** | III.2.1.1.L | Central de alarme não monitorado I (Painel 01 a 08 zonas) | 25,86% |
| **Serviços de manutenção de sistemas de alarme** | III.3.1.5.M | Manutenção de sistema de alarme para painel de 01 a 08 zonas não monitoradas | 0,00% |
| **Locação de Sensores e Proteção Perimetral** | III.4.1.17.L | Sensor com microondas com fio - cobertura 15m | 21,58% |
| **CATEGORIA V.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PERIMETRAL** | | | | |
| **Locação de Proteção Perimetral** | V.3.1.1.L | Proteção perimetral helicoidal (metro linear) | 84,87% |
| V.3.1.2.L | Refletor com sensor de presença 300 W a 500 W - bivolt | 87,87% |
| V.3.1.3.L | Cerca elétrica de Proteção Perimetral (metro linear) | 70,84% |

## CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

À CONTRATADA, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, e daquelas estabelecidas em lei, em especial as definidas nos diplomas federal e estadual sobre licitações, cabe:

**I -** zelar pela fiel execução deste contrato, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários;

**II –** designar o responsável pelo acompanhamento da execução das atividades, em especial da regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica alocada, e pelos contatos com o CONTRATANTE;

**III -** fornecer à equipe alocada para a execução dos serviços os equipamentos de proteção individual adequados à atividade, o necessário treinamento e fiscalizar sua efetiva utilização;

**IV -** manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação indicada no preâmbulo deste termo;

**V -** dar ciência imediata e por escrito ao CONTRATANTE de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

**VI -** prestar ao CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 72 horas, os esclarecimentos solicitados e atender prontamente as reclamações sobre seus serviços;

**VII -** responder por quaisquer danos, perdas ou prejuízos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização do CONTRATANTE em seu acompanhamento;

**VIII -** responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e tributários, resultantes da execução deste contrato, nos termos do artigo 71 da Lei Federal n° 8.666/1993;

**IX -** manter seus profissionais identificados por meio de crachá com fotografia recente;

**X -** submeter à CONTRATANTE relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

**XI -** arcar com despesas decorrentes de infrações de qualquer natureza praticadas por seus empregados durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da sede do CONTRATANTE;

**XII -** apresentar, quando exigido pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamento dos salários e de quitação das obrigações trabalhistas (inclusive as previstas em Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho) e previdenciárias relativas aos empregados da CONTRATADA que atuem ou tenham atuado na prestação de serviços objeto deste contrato;

**XIII -** identificar todos os equipamentos e materiais de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade do CONTRATANTE;

**XIV -** obedecer às normas e rotinas do CONTRATANTE, em especial as que disserem respeito à segurança, à guarda, à manutenção e à integridade das informações existentes ou geradas durante a execução dos serviços;

**XV -** guardar sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer natureza de que venha a tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

**XVI -** nos casos de importação, a Contratada deverá responsabilizar-se por sua conta e risco, quanto à importação dos bens e produtos, tomando as providências necessárias e pagando as tributações necessárias para a internação legal dos mesmos;

**XVII -** responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;

**XVIII –** fornecer, sem exceção, todos os equipamentos, materiais, mão de obra e ferramental necessários à consecução do objeto deste contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A CONTRATADA não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Em atendimento à Lei Federal nº 12.846/2013 e ao Decreto Estadual nº 60.106/2014, a CONTRATADA se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, abstendo-se de práticas como as seguintes:

**I –** prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

**II –** comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos em Lei;

**III –** comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados;

**IV –** no tocante a licitações e contratos:

**a)** frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

**b)** impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

**c)** afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

**d)** fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente;

**e)** criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

**f)** obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ou

**g)** manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

**V –** dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O descumprimento das obrigações previstas nos Parágrafos Primeiro e Segundo desta Cláusula Quarta poderá submeter a CONTRATADA à rescisão unilateral do contrato, a critério da CONTRATANTE, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei Federal nº 12.846/2013 e o Decreto Estadual nº 60.106/2014.

## CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

Ao CONTRATANTE, além das obrigações constantes do Termo de Referência, que constitui **Anexo I** do Edital indicado no preâmbulo, cabe:

**I -** exercer a fiscalização dos serviços, designando servidor responsável pelo acompanhamento da execução contratual e, ainda, pelos contatos com a CONTRATADA;

**II -** fornecer à CONTRATADA todos os dados e informações necessários à execução do objeto do contrato;

**III -** efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste ajuste;

**IV -** proporcionar à CONTRATADA todas as facilidades necessárias à boa execução do presente contrato, permitindo o livre acesso de seus funcionários ou preposto às suas dependências, para realização dos serviços constantes desta avença.

**V -** não permitir, durante a vigência do Contrato, sob qualquer argumento e/ou fundamento, qualquer espécie de intervenção de terceiros nos respectivos sistemas/equipamentos, objeto desta avença.

## CLÁUSULA SEXTA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

O CONTRATANTE exercerá a fiscalização dos serviços contratados por intermédio do Agente Fiscalizador do contrato de modo a assegurar o efetivo cumprimento das obrigações ajustadas.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A fiscalização não exclui e nem reduz a integral responsabilidade da CONTRATADA, mesmo perante terceiros, por quaisquer irregularidades constatadas na prestação dos serviços, inclusive quando resultantes de utilização de pessoal inadequado ou sem a qualificação técnica necessária, inexistindo, em qualquer hipótese, corresponsabilidade por parte do CONTRATANTE.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A ausência de comunicação, por parte do CONTRATANTE, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA do regular cumprimento das obrigações previstas neste contrato e no **Anexo I** do Edital.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DOS PREÇOS E DO REAJUSTE

A CONTRATADA obriga-se a executar os serviços objeto deste contrato pelo preço mensal de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), perfazendo o total de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), **mediante os seguintes valores unitários:**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Subgrupo dos serviços (locação)** | **Código dos serviços** | **Descrição dos Serviços** | **Qtd.** | **Mensal** | |
| **Valor unitário** | **Valor total** |
| **CATEGORIA I - CONTROLE DE ACESSO** | | | | | |
| **Locação de Catracas** | I.1.1.1.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade de entrada e saída | 2,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.2.L | Catraca pedestal com leitores de proximidade com cofre coletor de cartões para visistantes | 1,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.4.L | Catraca tipo pedestal - portadores de necessidades especiais e cofre coletor de cartões para visitantes | 1,00 | R$ | R$ |
| I.1.1.7.L | Portinhola de acesso para cadeirantes e fechamentos | 5,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Controle de Acesso Stand alone** | I.3.1.2.L | Módulo de controle de acesso por senha para portas | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de gerenciador via software** | I.3.2.1.L | Placa controladora de porta | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Fechaduras - Controle de Acesso** | I.3.3.2.L | Fechadura eletromagnética (até 150 kgf) | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Cartões - Controle de Acesso** | I.4.1.1.L | Cartões de acesso com etiqueta (pacote com 100 unidades) | 5,00 | R$ | R$ |
| **Locação de dispositivos de controle de funcionários/ visitantes** | I.5.1.1.L | Estação de trabalho para cadastro de funcionários/visitantes | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Central de Controle de Acesso e Software** | I.6.1.1.L | Central/Servidor de controle de acesso para até 4 pontos | 1,00 | R$ | R$ |
| I.6.1.3.L | Adicional para central/servidor de controle de acesso | 1,00 | R$ | R$ |
| **Manutenção de Catracas, Cancelas, Portas e Sistema Base Web** | I.8.1.1.M | Manutenção de Sistema de Controle de Acesso - Catracas, Cancelas e Portas | 1,00 | R$ | R$ |
| I.8.1.2.M | Manutenção de Central/Servidor e Sistema base web de Controle de Acesso | 1,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - CONTROLE DE ACESSO** | | | | | **R$** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA II - CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO (CFTV)** | | | | | |
| **Locação de central de monitoramento local - Sistema/IP** | II.3.1.2.L | NVR stand alone | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Software e Licenças de Gerenciamento de Imagens para Sistema IP de CFTV** | II.3.2.1.L | Software de visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.3.2.2.L | Licença/Pak - expansão para visualização, gravação e gerenciamento de 8 câmeras | 2,00 | R$ | R$ |
| **Locação de acessórios de CFTV (Digital)/IP** | II.5.1.1.L | TV LCD ou LED 42" | 3,00 | R$ | R$ |
| II.5.1.9.L | Bandeja para rack 19" | 1,00 | R$ | R$ |
| II.5.1.10.L | Barra de Tomadas para Rack 19" | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de acessórios de CFTV IP - PoE** | II.5.4.3.L | Switch com 48 portas 10/100/1000 Mbps - PoE | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD)** | II.7.2.4.L | Câmera bullet/dome - antivandalismo - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) | 8,00 | R$ | R$ |
| **Locação de câmera - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) - PoE** | II.7.5.3.L | Câmera bullet/dome com IR - IP 2 a 3 Megapixel (full HD) PoE | 19,00 | R$ | R$ |
| **Locação de postes galvanizados a quente** | II.8.1.2.L | Poste galvanizado de 3 metros | 7,00 | R$ | R$ |
| **Manutenção de CFTV convencio-nal, IP e IP-PoE** | II.10.1.3.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP com 16 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.10.1.5.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras | 1,00 | R$ | R$ |
| II.10.1.6.M | Manutenção de sistema de CFTV-IP-PoE com 16 câmeras - Valor da câmera adicional | 3,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - CFTV** | | | | | **R$** |
| **CATEGORIA III - ALARMES** | | | | | |
| **Locação de Centrais de Alarme de Sistema Não Monitorado** | III.2.1.1.L | Central de alarme não monitorado I (Painel 01 a 08 zonas) | 1,00 | R$ | R$ |
| **Serviços de manutenção de sistemas de alarme** | III.3.1.5.M | Manutenção de sistema de alarme para painel de 01 a 08 zonas não monitoradas | 1,00 | R$ | R$ |
| **Locação de Sensores e Proteção Perimetral** | III.4.1.17.L | Sensor com microondas com fio - cobertura 15m | 1,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - ALARMES** | | | | | **R$** |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CATEGORIA V.3 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO PERIMETRAL** | | | | | |
| **Locação de Proteção Perimetral** | V.3.1.1.L | Proteção perimetral helicoidal (metro linear) | 140,00 | R$ | R$ |
| V.3.1.2.L | Refletor com sensor de presença 300 W a 500 W - bivolt | 5,00 | R$ | R$ |
| V.3.1.3.L | Cerca elétrica de Proteção Perimetral (metro linear) | 140,00 | R$ | R$ |
| **TOTAL - PROTEÇÃO PERIMETRAL** | | | | | **R$** |
| **TOTAL GERAL MENSAL** | | | | | **R$** |
| **TOTAL GERAL – 30 MESES** | | | | | **R$** |

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

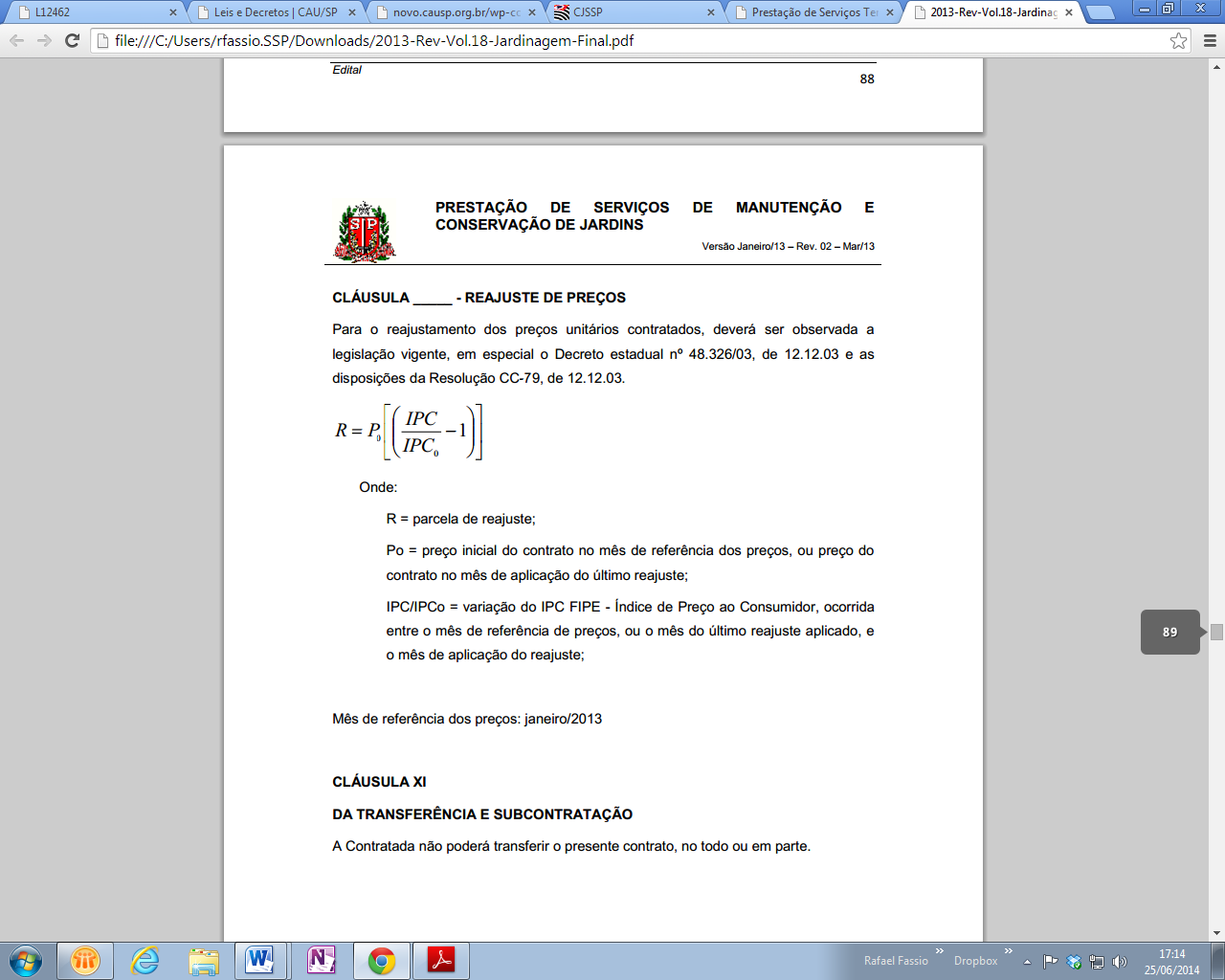
Nos preços acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos diretos e indiretos relacionados à prestação dos serviços, tais como tributos, remunerações, despesas financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto desta licitação, inclusive gastos com transporte.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Caso a CONTRATADA seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedida de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar Federal nº 123/2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Os preços a que se refere o *caput* serão reajustados anualmente, mediante a aplicação da seguinte fórmula paramétrica:



Onde:

* *R = parcela de reajuste;*
* *P0 = preço inicial do contrato no mês de referência dos preços ou preço do contrato no mês de aplicação do último reajuste;*
* *IPC/IPC0 = variação do IPC FIPE - Índice de Preço ao Consumidor, ocorrida entre o mês de referência de preços, ou o mês do último reajuste aplicado, e o mês de aplicação do reajuste.*

**PARÁGRAFO QUARTO**

A periodicidade anual de que trata o Parágrafo Terceiro será contada a partir de **janeiro/2019**, que será considerado como o mês de referência dos preços.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para efeito legal, o valor total do presente contrato é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, onerando-se recursos do Elemento 339037.95 – Serviços de Vigilância, UGE 270101 - Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, Atividade 595 - Defesa dos Interesses Sociais, para o período de doze meses, sendo R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ para o corrente exercício e o restante, por conta da dotação orçamentária do próximo exercício.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## CLÁUSULA NONA - DAS MEDIÇÕES DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

Após o término de cada período mensal, a CONTRATADA elaborará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços efetivamente realizados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

As medições, para efeito de pagamento, serão realizadas de acordo com os seguintes procedimentos:

**I)** Até o primeiro dia útil subsequente ao mês em que foram prestados os serviços, a CONTRATADA entregará relatório contendo os quantitativos totais mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os respectivos valores apurados.

**II)** O CONTRATANTE solicitará à CONTRATADA, na hipótese de glosas e/ou incorreções de valores, a correspondente retificação objetivando a emissão da nota fiscal/fatura.

**III)** Serão considerados somente os serviços efetivamente executados e apurados da seguinte forma:

O valor dos pagamentos será obtido mediante a aplicação dos preços unitários contratados às correspondentes quantidades de serviços efetivamente executados, suprimidas as importâncias relativas às quantidades de serviços não aceitas e glosadas pelo CONTRATANTE por motivos imputáveis à CONTRATADA, aplicando-se eventual desconto nas faturas mensais em função da pontuação final obtida no Relatório de Avaliação de Qualidade dos Serviços.

Os critérios, conceitos e itens que serão objeto de avaliação mensal estão descritos no **Anexo VI** do Edital que deu base ao certame licitatório.

No final de cada mês de apuração, a equipe do CONTRATANTE responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 05 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados no período para o gestor do contrato.

O gestor do contrato, com base em todos os Formulários de Avaliação da Qualidade dos Serviços gerados durante cada período, irá consolidar a avaliação de desempenho da CONTRATADA frente ao contrato firmado para apurar o percentual de liberação da fatura correspondente àquele mês.

À CONTRATADA será encaminhada uma via do Relatório de Avaliação da Qualidade dos Serviços pelo gestor do contrato.

A realização dos descontos indicados na alínea “a” não prejudica a aplicação de sanções à CONTRATADA, em razão do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a CONTRATANTE atestará a medição mensal, no prazo de 03 (três) dias úteis contados do recebimento do relatório, comunicando à CONTRATADA o valor aprovado e autorizando a emissão da correspondente nota fiscal/fatura, a ser apresentada no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DOS PAGAMENTOS

Os pagamentos serão efetuados mensalmente, mediante encaminhamento da nota fiscal/fatura ao CONTRATANTE, em conformidade com a Cláusula Nona deste instrumento.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

I - O pagamento de cada parcela será efetuado no 30º (trigésimo) dia, a contar do Termo de Aceite Definitivo, que será expedido pelo Agente Fiscalizador do CONTRATANTE, acompanhado das guias do INSS e FGTS e da nota fiscal ou fatura, devidamente atestada, referente aos serviços efetivamente realizados, e será processado mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, em agência do Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação vigente.

II - Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, do recibo ou documento de cobrança equivalente, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do INSS e/ou FGTS, conforme o caso e observada a legislação vigente, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

A não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes até que se dê sua regularização.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

O CONTRATANTE, por meio do Agente Fiscalizador ou substituto legal, terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a partir do recebimento da nota fiscal ou fatura, acompanhada das comprovações de recolhimento exigidas, para proceder ao aceite, providenciando a remessa, devidamente atestada, ao Centro de Finanças e Contabilidade.

**PARÁGRAFO QUARTO**

Compete à CONTRATADA observar a tributação aplicável ao seu caso.

**PARÁGRAFO QUINTO**

No caso de devolução da nota fiscal ou fatura ou das guias do INSS e FGTS, por sua inexatidão, ou na dependência de apresentação de carta corretiva, o prazo fixado no parágrafo primeiro será contado a partir da data de entrega da referida correção.

**PARÁGRAFO SEXTO**

Havendo atraso no pagamento, sobre a quantia devida incidirá correção monetária, nos termos do artigo 74 da Lei Estadual n.º 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata tempore” em relação ao atraso verificado.

**PARÁGRAFO SÉTIMO**

Os acréscimos ou supressões, nos termos da cláusula 17ª, implicarão alteração do valor contratado a partir da data da vigência do Termo Aditivo, até o vencimento deste contrato.

**PARÁGRAFO OITAVO**

Constitui condição para realização do pagamento a inexistência de registro em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos ou Entidades Estaduais do Estado de São Paulo – CADIN ESTADUAL”, o qual será consultado por ocasião da realização de cada pagamento.

**PARÁGRAFO NONO**

Deverá ser observada a obrigatoriedade da emissão da nota fiscal eletrônica (NF-e), conforme o caso e nos termos da legislação em vigor.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A CONTRATADA não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto deste ajuste.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO DA QUANTIDADE DO OBJETO CONTRATADO

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada pela celebração de prévio termo aditivo ao presente instrumento, respeitadas as disposições da Lei Federal nº 8.666/1993.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

O contrato poderá ser rescindido, na forma, com as consequências e pelos motivos previstos nos artigos 77 a 80 e 86 a 88, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**PARÁGRAFO ÚNICO**

A CONTRATADA reconhece desde já os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, prevista no artigo 79 da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como no artigo 1º, §2º, item 3, do Decreto Estadual nº 55.938/2010, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto Estadual nº 57.159/2011, na hipótese da configuração de trabalho em caráter não eventual por pessoas físicas, com relação de subordinação ou dependência, quando a CONTRATADA for sociedade cooperativa.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A CONTRATADA ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, se vier a praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, quando couber.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO**

A sanção de que trata o *caput* desta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as multas previstas no Ato (N) nº 308/03 – PGJ, de 18 de março de 2003 - **Anexo IV** do Edital indicado no preâmbulo deste instrumento, garantido o exercício de prévia e ampla defesa, e deverá ser registrada no CAUFESP, no “Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções”, no endereço **www.esancoes.sp.gov.br**, e também no “Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS”, no endereço **http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO**

As multas serão independentes, sendo aplicadas cumulativamente, não tendo caráter compensatório e, portanto, não eximem a licitante vencedora da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que vierem a acarretar.

**PARÁGRAFO TERCEIRO**

Quando aplicada a multa, essa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos ou recolhida, conforme disposto no artigo 10 e seu parágrafo único, ambos do Ato (N) n.º 308/2003 – PGJ, de 18 de março de 2003.

**PARÁGRAFO QUARTO**

A prática de atos que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública, ou que de qualquer forma venham a constituir fraude ou corrupção, durante a licitação ou ao longo da execução do contrato, será objeto de instauração de processo administrativo de responsabilização nos termos da Lei Federal nº 12.846/ 2013 e do Decreto Estadual nº 60.106/2014, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/1993, e no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520/2002.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

Não será exigida a prestação de garantia de execução para celebrar a contratação decorrente deste certame licitatório.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO CONTROLE E DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

O controle e a fiscalização dos serviços contratados serão realizados por Agente Fiscalizador ou substituto legal, a serem designados em Portaria da Diretoria-Geral, ao qual caberá a verificação da qualidade dos serviços, materiais e equipamentos empregados, bem como a pontualidade e assiduidade do pessoal, comunicando à CONTRATADA os fatos ocorridos para apronta regularização.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO**

Nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e da Lei federal nº 10.520/2002, o presente Contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, sob o nº 098/2019, homologado por despacho do Senhor Diretor-Geral à fls. \_\_\_\_ do Processo nº 400/2019-DG/MP.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO**

A presente contratação encontra-se vinculada à proposta da CONTRATADA, a qual faz parte integrante desta avença, como se aqui estivesse transcrita.

Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

## CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica ajustado, ainda, que:

**I.** Consideram-se partes integrantes do presente Termo de Contrato, como se nele estivessem transcritos:

**a)** o Edital mencionado no preâmbulo e seus anexos.

**b)** a proposta apresentada pela CONTRATADA;

**II.** Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições normativas indicadas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais disposições regulamentares pertinentes.

**III.** Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo como único competente para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato, representado por uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pela CONTRATADA e pela CONTRATANTE, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de Direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CONTRATANTE | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  CONTRATADA |

**TESTEMUNHAS:**

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *(nome, RG e CPF)* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *(nome, RG e CPF)* |

**ANEXO VI**

# AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

1. **INTRODUÇÃO**

Este documento descreve o procedimento a ser adotado na gestão dos contratos de prestação de serviços de vigilância eletrônica.

As atividades descritas neste documento deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe responsável pela fiscalização/ controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

1. **OBJETIVO**
   1. Definir e padronizar a avaliação de desempenho e qualidade dos serviços prestados pela Contratada na execução dos contratos de prestação de serviços de vigilância eletrônica.
2. **REGRAS GERAIS**
   1. A avaliação da Contratada na prestação de serviços de vigilância eletrônica se faz por meio de análise dos seguintes aspectos:
      1. Desempenho Profissional;
      2. Desempenho das Atividades;
      3. Gerenciamento.
3. **CRITÉRIOS**

No formulário “Avaliação de Qualidade dos Serviços”, devem ser atribuídos os valores 3 (três), 1 (um) e 0 (zero) para cada item avaliado, correspondente aos conceitos “Realizado”, “Parcialmente Realizado” e “Não Realizado”, respectivamente.

* 1. **Critérios da pontuação a ser utilizada em todos os itens avaliados:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **REALIZADO** | **PARCIALMENTE REALIZADO** | **NÃO REALIZADO** |
| 03 (três) pontos | 01(um) ponto | 0 (zero) pontos |

* 1. **Condições Complementares**
     1. Na impossibilidade de se avaliar determinado item, este será desconsiderado.
     2. Quando atribuídas notas 1 (um) e 0 (zero), a Unidade responsável deverá realizar reunião com a Contratada, até 10 (dez) dias após a medição do período, visando proporcionar ciência quanto ao desempenho dos trabalhos realizados naquele período de medição e avaliação.
     3. Sempre que a Contratada solicitar prazo visando o atendimento de determinado item, esta solicitação deve ser formalizada, objetivando a análise do pedido pelo gestor do contrato. Nesse período, esse item não deve ser analisado.

1. **COMPOSIÇÃO DOS MÓDULOS**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Grupos** | **Módulos** | **Itens** | **Percentual de ponderação** |
| Grupo 1 | Desempenho Profissional | A1 – Cumprimento das atividades | 15% |
| A2 – Manutenções preventiva e corretiva efetuadas | 25% |
| A3 – Qualificação profissional | 20% |
| A4 – Uniformes e identificação | 10% |
| A5 – Equipamentos e acessórios | 30% |
| **Total** | **100%** |
| Grupo 2 | Desempenho das Atividades | B1 – Especificação técnica dos serviços | 10% |
| B2 – Instalação/mudança do local dos equipamentos | 5% |
| B3 – Eficiência do sistema | 50% |
| B4 – Atendimento da central de monitoramento | 10% |
| B5 – Atendimento às ocorrências | 25% |
| **Total** | **100%** |
| Grupo 3 | Gerenciamento | C1 – Periodicidade da supervisão | 15% |
| C2 – Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e *as built* | 10% |
| C3 – Gerenciamento das atividades operacionais | 25% |
| C4 – Atendimento às solicitações | 25% |
| C5 – Salários, benefícios e obrigações trabalhistas | 25% |
| **Total** | **100%** |

Fonte: Prestação de Serviços de Vigilância Eletrônica – Vol.13 – Nov/2018.

1. **RESPONSABILIDADES**
   1. **Equipe de Fiscalização:**
      1. Responsável pela Avaliação da Contratada, utilizando-se o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas, para os itens avaliados com notas 0 (zero) ou 1 (um).
   2. **Gestor do Contrato:**
      1. Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento das consolidações e do relatório das instalações à Contratada;
      2. Responsável pela aplicação de advertência à Contratada e encaminhamento para conhecimento à autoridade competente;
      3. Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo defesa prévia à Contratada;
      4. Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial ou Final.
2. **DESCRIÇÃO DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE**
   1. Cabe a cada Unidade, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato e com base no Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços (**Anexo VI.1** deste Anexo VI), efetuar o acompanhamento do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.
   2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até 5 (cinco) dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período, acompanhado das justificativas para os itens que receberam notas 0 (zero) ou 1 (um) para o Gestor do Contrato.
   3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar 1 (uma) via para a Contratada.
   4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve aplicar na medição seguinte os descontos cabíveis previstos neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.
   5. Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, a performance global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.
   6. Cabe ao Gestor do Contrato emitir, mensalmente e quando solicitada, a Avaliação de Desempenho do Fornecedor Parcial ou Final, consultando o Quadro Resumo (**Anexo VI.3** deste Anexo VI) e conceituando a Contratada como segue:
      1. **Conceito Geral “Bom” e Desempenho “Recomendado”:** quando a Contratada obtiver nota final acumulada igual ou superior a 6,75 e não tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo VI;
      2. **Conceito Geral “Regular” e Desempenho “Recomendado”:** quando a Contratada, apesar de obter nota final acumulada igual ou superior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação indicados no item 8 deste Anexo VI;
      3. **Conceito Geral “Ruim” e Desempenho “Não Recomendado”:** quando a Contratada, além de obter nota final acumulada inferior a 6,75, já tiver sofrido a incidência de percentuais de liberação previstos no item 8 deste Anexo VI;
3. **PERCENTUAIS DE LIBERAÇÃO DAS FATURAS**
   1. As faturas apresentadas pela Contratada ao Contratante para fins de pagamento ficarão sujeitas à aplicação de um percentual de liberação, vinculado à Avaliação da Qualidade dos serviços, conforme a tabela a seguir:

|  |  |
| --- | --- |
| **PERCENTUAL DE LIBERAÇÃO** | **NOTA OBTIDA NA AVALIAÇÃO** |
| Liberação total da fatura | Nota total **maior** ou **igual** a 6,75 pontos |
| Liberação de 90% da fatura | Nota total **maior** ou **igual** a 5 e **menor** que 6,75 pontos  ou  1 (uma) nota 0 (zero) em um dos itens de cada grupo avaliado; |
| Liberação de 75% da fatura | Nota total **abaixo** de 5 pontos  ou  Mais de 1 (uma) nota 0 (zero) nos itens de cada grupo avaliado. |

* 1. O Gestor do Contrato irá apurar o percentual de liberação devido em cada medição em conformidade com o procedimento descrito no item 7 deste Anexo VI e na Cláusula Nona do termo de contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades cabíveis.

1. **ANEXOS DESTE DOCUMENTO**
   1. Anexo VI.1 – Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços;
   2. Anexo VI. 2 – Instruções para o preenchimento do Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços;
   3. Anexo VI. 3 – Relatório das Instalações e Quadro-Resumo;

**ANEXO VI.1**

**FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Contrato Nº: | EAS/ Unidade: | Período: | Data: |
| Contratada: | | | |
| Responsável pela Fiscalização: | | | |
| Gestor do Contrato: | | | |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Grupo 1 - Desempenho Profissional** | **Peso**  **(a)** | **Nota**  **(b)** | **Subtotal**  **(c=a x b)** |
| Cumprimento das Atividades | 15% |  |  |
| Manutenção Preventiva Efetuada | 25% |  |  |
| Qualificação Profissional | 20% |  |  |
| Uniformes e Identificação | 10% |  |  |
| Equipamentos e Acessórios | 30% |  |  |
| **Total** | | |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Grupo 2 – Desempenho das Atividades** | **Peso**  **(a)** | **Nota**  **(b)** | **Subtotal**  **(c=a x b)** |
| Especificação Técnica dos Serviços | 10% |  |  |
| Instalação/Mudança do local dos equipamentos | 5% |  |  |
| Eficiência do Sistema | 50% |  |  |
| Atendimento da Central de Monitoramento | 10% |  |  |
| Atendimento às Ocorrências | 25% |  |  |
| **Total** | | |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Grupo 3 – Gerenciamento** | **Peso**  **(a)** | **Nota**  **(b)** | **Subtotal**  **(c=a x b)** |
| Periodicidade da Fiscalização | 15% |  |  |
| Entrega de Memorial Descritivo, Diagrama de Instalação e *As Builts* | 10% |  |  |
| Gerenciamento das Atividades Operacionais | 25% |  |  |
| Atendimento às Solicitações | 25% |  |  |
| Salários, Benefícios e Obrigações Trabalhistas | 25% |  |  |
| **Total** | | |  |

|  |  |
| --- | --- |
| **NOTA FINAL (somatória das notas totais para os grupos 1,2 e 3)** |  |

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nota Final: | Assinatura do Responsável pela Fiscalização: | Assinatura do Gestor do Contrato: | Assinatura do Responsável da Contratada: |

**ANEXO VI.2**

**INSTRUÇÕES PARA O PREENCHIMENTO DO FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ELETRÔNICA**

Os itens devem ser avaliados segundo os critérios abaixo.

Para cada item que não possa ser avaliado no momento, considerar “ITEM NÃO AVALIADO” e anexar justificativa.

|  |  |
| --- | --- |
| **Grupo 1 - Desempenho Profissional** | **Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)** |
| Cumprimento das Atividades | Cumprimento das atividades definidas nas especificações técnicas dos serviços especificados.  Comunicação à área de segurança do Contratante, de todo acontecimento entendido como irregular e que atente contra seu patrimônio.  Comunicação imediata ao Gestor do Contrato, de qualquer anormalidade verificada por meio do sistema de vigilância eletrônica e monitoramento remoto, inclusive de ordem funcional, adotando as providências de regularização necessárias, assim como todo e qualquer acontecimento entendido como irregular e que atente contra o patrimônio do Contratante.  Execução dos serviços de vigilância eletrônica, mesmo quando ocorrerem mudanças de locais a serem monitorados, durante a vigência do contrato, desde que esses se localizem dentro da área pertencente à área de cobertura prevista.  Adoção dos procedimentos contratuais em face das ocorrências, estabelecendo providências adequadas a cada caso, tais como violação de ambientes, intrusão, movimentação do intruso, abordagem, senhas e contrassenhas, entre outros. |
| Manutenção Preventiva Efetuada | Manutenção Preventiva Efetuada nas frequências descritas de acordo com o tipo de equipamento e descrição nas Especificações Técnicas. |
| Qualificação Profissional | Qualificação e habilitação da mão de obra disponibilizada pela Contratada em especial dos profissionais que compõem a equipe técnica de execução dos trabalhos de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção corretiva de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos.  Disponibilização de equipe operacional preparada para o atendimento a qualquer funcionário ou preposto autorizado do Contratante, procedendo à sua identificação, verificando sua necessidade e apresentando soluções e/ou encaminhamentos.  Disponibilização de Responsável Técnico pelos serviços de elaboração de projeto, execução, instalação e manutenção de sistemas de segurança e dos equipamentos eletroeletrônicos (engenheiro com habilitação legal na especialidade e experiência na função específica).  Treinamento pela Contratada dos usuários dos sistemas eletrônicos capacitando-os na correta utilização dos mesmos. |
| Uniformes e Identificação | Identificação dos profissionais (crachá) e uso de uniformes em bom estado de conservação  Uniformes e equipamentos de proteção individual adequados às tarefas que executam |
| Equipamentos e Acessórios | Equipamentos e Acessórios novos no início do contrato, apresentando perfeita funcionalidade, de acordo com o contrato.  Entrega dos manuais dos equipamentos e acessórios especificados no contrato. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Grupo 2 – Desempenho das Atividades** | **Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)** |
| Especificação Técnica dos Serviços | Conformidade dos serviços prestados com o especificado no contrato |
| Instalação / mudança de local dos equipamentos | Atendimento dos prazos estabelecidos para instalação / mudança de local dos equipamentos. |
| Eficiência do sistema | Atendimento do sistema quanto às necessidades em termos de segurança das instalações.  Manutenção Técnica Preventiva/Corretiva nos padrões solicitados para a continuidade e disponibilidade dos serviços.  Restabelecimento do sistema de acordo com especificações técnicas, inclusive em horários noturnos, aos sábados, domingos e feriados. |
| Atendimento da Central de Monitoramento | Atendimento das solicitações do Contratante por parte da Central de Monitoramento nos prazos estabelecidos e acordados.  Observância da Ficha de Monitoramento em relação aos procedimentos que estabelecem com o Contratante a operação personalizada para cada evento monitorado, senha e contrassenha, condições para envio de serviço de vistoria ao local para a verificação do sistema instalado, visando constatar ser ou não um evento real.  Disponibilização de nível de segurança compatível com a importância da atividade, a fim de que não haja interrupção dos serviços. Deve estar dotada, entre outros itens, por exemplo, de: backup de endereço, fonte de energia alternativa (gerador/ no-break), pessoal treinado e qualificado, monitoramento de segurança.  Observância dos procedimentos detalhados e objetivos para tratamento de ocorrências com seus profissionais treinados nos mesmos procedimentos.  Disponibilização de Operador de Monitoramento Remoto da Contratada que deve identificar o local de origem e avaliar o sinal de alarme, verificando por meio de senhas e contrassenhas, se se trata de uma ocorrência real ou alarme falso.  A partir da checagem de eventos efetuada, tomar as providências previstas, tais como rondas virtuais ou o acionamento do serviço de Pronta Resposta, na forma prevista em contrato.  Acompanhamento em conjunto com a área técnica de eventuais problemas e/ou dificuldades de comunicação com os sistemas instalados. |
| Atendimento às ocorrências | Atendimento das ocorrências dentro do prazo máximo estabelecido em contrato e na qualidade desejada. |

|  |  |
| --- | --- |
| **Grupo 3 – Gerenciamento** | **Notas: Realizado (3); Parcialmente Realizado (1); Não Realizado (0)** |
| Periodicidade da Fiscalização | * Execução de supervisão por parte da contratada e na periodicidade acordada |
| Entrega de Memorial Descritivo, Catálogos em Português, Diagrama de Instalação e *As Builts* | Entrega de memorial descritivo, diagrama de instalação e *As Built* conforme complexidade do sistema;  Sistema Básico = Memorial Descritivo + Catálogo em Português + Diagrama de Instalação;  Sistema Avançado = Memorial Descritivo + Catálogo em \_Português + Diagrama de Instalação + *As Built.* |
| Gerenciamento das Atividades Operacionais | * Administração das atividades operacionais |
| Atendimento às Solicitações | * Atendimento às solicitações do Contratante conforme condições estabelecidas no contrato |

**ANEXO VI.3**

**RELATÓRIO DAS INSTALAÇÕES E QUADRO-RESUMO**

**RELATÓRIO DAS INSTALAÇÕES**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS** | **SUBTOTAL GRUPO 1** | **SUBTOTAL GRUPO 2** | **SUBTOTAL GRUPO 3** | **NOTA FINAL (SOMATÓRIA DAS NOTAS TOTAIS PARA O GRUPO 1, 2 E 3)** |
|  |  |  |  |  |
| **Avaliação Global** |  |  |  |  |

**QUADRO-RESUMO**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **GRUPO** | **MÊS** | | | | | | | | | | | | **MÉDIA** |
| **1** | **2** | **3** | **4** | **5** | **6** | **7** | **8** | **9** | **10** | **11** | **12** |  |
| **Grupo 1** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Grupo 2** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Grupo 3** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| **Total** |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |

**ANEXO VII**

# MODELOS REFERENTES À VISITA TÉCNICA

**ANEXO VII.1**

**CERTIFICADO DE REALIZAÇÃO DE VISITA TÉCNICA**

(emitido pelo MPSP)

**ATESTO**que o representante legal do licitante \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP**, realizou nesta data visita técnica nas instalações do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, recebendo assim todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

|  |  |
| --- | --- |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *(nome completo, assinatura e qualificação do representante da licitante)* | \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  *(nome completo, assinatura e cargo do servidor responsável por acompanhar a visita)* |

**ANEXO VII.2**

**DECLARAÇÃO DE OPÇÃO POR NÃO REALIZAR A VISITA TÉCNICA**

(elaborado pelo licitante)

Eu, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador do RG nº \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ e do CPF nº\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (*nome empresarial*), interessado em participar do **Pregão Eletrônico nº 098/2019, Processo n° 400/2019-DG/MP, DECLARO** que o licitante não realizou a visita técnica prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre os locais em que serão executados os serviços.

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2019.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*(nome completo, assinatura e qualificação*

*do representante da licitante)*

**ANEXO – VIII**

**RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE ABRIL DE 2009**

**CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

(Publicada no Diário da Justiça, de 18/05/2009, pág. 03)

|  |
| --- |
| **ALTERA AS RESOLUÇÕES CNMP Nº 01/2005, Nº 07/06 E Nº 21/07, CONSIDERANDO O DISPOSTO NA SÚMULA VINCULANTE Nº 13 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL** |

O Conselho Nacional do Ministério Público, no exercício da competência prevista no art. 130-A, §2°, inciso II, da Constituição Federal e com arrimo no artigo 19 do Regimento Interno, à luz dos considerandos mencionados nas Resoluções CNMP n° 01, de 07.11.2005, n° 07, de 17.04.2006, e n° 21, de 19.06.2007, e considerando, ainda, o disposto na Súmula Vinculante n° 13 do Supremo Tribunal Federal, em conformidade com a decisão plenária tomada na sessão realizada no dia 28.04.2009,

**RESOLVE**:

**Art. 1º** - É vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e funções comissionadas, no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da Administração Pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 2º** - É vedada a nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de servidor ocupante, no âmbito do mesmo Ministério Público, de cargo de direção, chefia ou assessoramento, para exercício de cargo em comissão ou função comissionada, compreendido o ajuste mediante designações ou cessões recíprocas em qualquer órgão da administração pública direta e indireta dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Art. 2º-A** Não se aplicam as vedações constantes nos artigos 1º e 2º à nomeação ou à designação de servidor efetivo para ocupar cargo em comissão ou função de confiança, desde que não exista subordinação direta entre o nomeado e o membro do Ministério Público ou servidor determinante da incompatibilidade.

**Art. 3º** - Constituem práticas de nepotismo vedadas no âmbito de todos os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados:

**I** **–** a contratação, em casos excepcionais de dispensa ou inexigibilidade de licitação, de pessoa jurídica da qual sejam sócios cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou de servidor investido em cargo de direção e de assessoramento;

**II** **–** a contratação, independentemente da modalidade de licitação, de pessoa jurídica que tenha em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos membros ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**§ 1º** A vedação prevista no inciso II deste artigo não se aplica às hipóteses nas quais a contratação seja realizada por ramo do Ministério Público diverso daquele ao qual pertence o membro ou servidor gerador da incompatibilidade.

**§ 2º** A vedação constante do inciso II deste artigo se estende às contratações cujo procedimento licitatório tenha sido deflagrado quando os membros e servidores geradores de incompatibilidade estavam no exercício dos respectivos cargos e funções, assim como às licitações iniciadas até 6 (seis) meses após a desincompatibilização.

**§ 3º** A contratação de empresa pertencente a parente de membro ou servidor não abrangido pelas hipóteses expressas de nepotismo poderá ser vedada pelo órgão do Ministério Público competente, quando, no caso concreto, identificar risco potencial de contaminação do processo licitatório.

**Art. 4º** - É vedada a prestação de serviço por empregados de empresas fornecedoras de mão-de-obra que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores dos órgãos contratantes do Ministério Público da União e dos Estados, observando-se, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre os Ministérios Públicos ou entre estes e órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.

**Parágrafo único**. Cada órgão do Ministério Público estabelecerá, nos contratos firmados com empresas prestadoras de serviços, cláusula proibitiva da prestação de serviço no seu âmbito, na forma estipulada no caput.

**Art. 5°** - Na aplicação desta Resolução serão considerados, no que couber, os termos do Enunciado n° 01/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público.

**Art. 6°** - Ficam mantidos os efeitos das disposições constantes do artigo 5° da Resolução CNMP n° 01 de 07.11.2005, do artigo 3° da Resolução CNMP n° 07, de 17.04.2006, e do art. 3° da Resolução CNMP n° 21, de 19.06.2007.

**Art. 7º** - Os órgãos do Ministério Público da União e dos Estados adotarão as providências administrativas para adequação aos termos desta Resolução no prazo de trinta dias.

**Art. 8º** - Revogam-se as disposições em contrário.

----00----